

# Diário do Legislativo de 01/09/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmolo Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmolo Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

## SUMÁRIO

### 1 - RESOLUÇÃO

### 2 - DELIBERAÇÕES DA MESA

#### 3 - ATAS

##### 3.1 - 24ª Reunião Especial

##### 3.2 - 32ª Reunião Extraordinária

##### 3.3 - 7ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

##### 3.4 - Reuniões de Comissões

### 4 - ORDENS DO DIA

#### 4.1 - Plenário

#### 4.2 - Comissões

### 5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 5.1 - Plenário

#### 5.2 - Comissão

### 6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

### 7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 9 - ERRATA

### RESOLUÇÃO

resolução nº 5.188, de 31 de agosto de 1999

Aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo para modificação de limites territoriais.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo, em 28 de setembro de 1998, para modificação de limites territoriais, nos termos do anexo desta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de agosto de 1999.

Deputado Anderson Aduato - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 5.188, de 31 de agosto de 1999)

Termo de convênio que celebram, de um lado o Município de Visconde do Rio Branco e, de outro, o Município de São Geraldo para a modificação de limites.

Considerando as aprovações das Câmaras Municipais dos Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo, ocorridas respectivamente nas reuniões do dia 10 de junho de 1998 e do dia 5 de agosto de 1998, o Município de Visconde do Rio Branco, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dr. João Antônio de Souza, brasileiro, médico, casado, identidade nº MG 10.797.660 - SSPMG, inscrito no CPF sob o nº 099.204.126-00, e, de outro lado, o Município de São Geraldo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jorge Luís, brasileiro, comerciante, casado, identidade nº 8080211 - SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 194.680.166-68, resolvem celebrar o presente convênio mediante a adoção das seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - Constitui objeto do presente convênio a formalização da alteração dos limites territoriais dos Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo.

1.2 - A modificação dos limites objeto do presente instrumento importará a permuta formal entre ambos os municípios de uma área equivalente a 730 hectares, ficando com o Município de Visconde do Rio Branco a área correspondente a Piedade de Cima e com o Município de São Geraldo a área correspondente a Santa Rosa.

#### Cláusula Segunda - Dos Novos Limites

2.1 - Os novos limites entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo passam a ser os seguintes, de acordo com o memorial descritivo elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA:

Começa no divisor entre os rios Branco e do Bagre, no ponto fronteiro à foz do ribeirão Vermelho no ribeirão São Clemente; descendo a encosta, atinge essa foz, subindo em seguida pela encosta fronteira, até alcançar o divisor entre os ribeirões São Clemente e de Santa Juliana; continua por este divisor, contorna as cabeceiras do ribeirão de Santa Juliana e, por um espigão secundário, atinge o ribeirão de São Geraldo na foz do córrego da Cajanga ou Santa Cruz; atravessa o ribeirão, sobe a encosta fronteira e alcança o divisor da vertente à margem esquerda do córrego Grão-Mogol, até a foz desse córrego no ribeirão Piedade; sobe o espigão fronteiro e ganha o divisor vertente da margem esquerda do ribeirão Santa Maria, pelo qual prossegue até alcançar a estrada que leva ao Povoado de Piedade de Cima; segue por essa estrada por aproximadamente 800 m, até o ponto em que transpõe um afluente da margem direita do ribeirão Piedade, o primeiro a jusante da foz do córrego das Pedras; desce por esse afluente até sua foz, subindo em seguida pelo ribeirão Piedade até à foz do primeiro afluente da sua margem direita a montante da foz do córrego das Pedras; sobe por esse afluente até sua cabeceira, prosseguindo pelo divisor da margem esquerda do córrego das Pedras até alcançar a linha de cumeeada da serra da Mantiqueira; segue por esta serra, que nesse trecho recebe a denominação local de serra de Santa Maria, até seu entroncamento com o divisor da vertente da margem esquerda do córrego Reduzino ou Alto da Serra, defrontando a cabeceira do córrego dos Milagres.

#### Cláusula Terceira - Dos Efeitos Legais do Convênio

3.1 - A eficácia do presente convênio fica condicionada à sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62, inciso XXVI, da Constituição do Estado.

Para firmeza e validade de tudo quanto ficou aqui ajustado, é o presente convênio assinado, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas presenciais ao ato.

Visconde do Rio Branco, 28 de setembro de 1998.

João Antônio de Souza, Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco - Jorge Luís, Prefeito Municipal de São Geraldo.  
Testemunhas: Adilson José Gomes e Antônio Rogério Norberto Teixeira.

#### DELIBERAÇÕES DA MESA

##### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.761/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado José Milton, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.753, de 22/6/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.762/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Durval Ângelo, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.745, de 22/6/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.763/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Irani Barbosa, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.693, de 23/3/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.764/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.750, de 22/6/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente de Gabinete I - 4 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.765/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete da Deputada Maria Tereza Lara, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.664, de 3/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31

Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Supervisor de Gabinete I - 4 horas	AL-26
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 4 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.766/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.717, de 1º/5/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Secretário de Gabinete II - 4 horas	AL-20

Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.767/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Antônio Andrade, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.718, de 27/4/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10

Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.768/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Edson Rezende, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.710, de 23/3/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07

Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.769/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Ronaldo Canabrava, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.721, de 27/4/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 4 horas	AL-40
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente de Gabinete I - 4 horas	AL-24
Secretário de Gabinete - 4 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01

horas

Agente de Serviços de Gabinete - 8  
horas AL-01

Agente de Serviços de Gabinete - 8  
horas AL-01

Agente de Serviços de Gabinete - 8  
horas AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.770/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.751, de 22/6/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.771/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado João Paulo, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.677, de 25/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente Técnico de Gabinete II - 4 horas	AL-31
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.772/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Márcio Kangussu, a vigorar a partir de 1º/9/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.642, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8	AL-39

horas	
Auxiliar Técnico Executivo - 4 horas	AL-34
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete - 4 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 27/8/99

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Augusto Celso Franco Drummond - Entrega de placa - Exibição de vídeo - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

João Leite - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Augusto Celso Franco Drummond, Presidente do CREA-MG; Ronaldo Vasconcellos, Deputado Federal; Marcos Túlio de Melo, 1º-Vice-Presidente do CREA-MG; Marita Arêas Souza Tavares, 2º-Vice-Presidente do CREA-MG; Jáiron Oliveira Bragança, Diretor Financeiro do CREA-MG; Jorge Nei Brito, Diretor Financeiro Adjunto do CREA-MG; Marcelo Martins Pinto, Diretor Administrativo do CREA-MG; José Antônio de Assis Godoy, Diretor Administrativo Adjunto do CREA-MG; Adriano Garcia de Souza, representante dos técnicos da Diretoria do CREA-MG.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-MG - por seu 65º aniversário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

A maior ameaça que ronda as pessoas, as idéias e as instituições humanas é o imobilismo. Trata-se de um mal capaz de tornar estéréis os melhores cérebros e de fazer murcharem as mais nobres vocações e as mais arrojadas empresas. Por isso mesmo, os que souberam vencê-lo por meio da busca constante do novo, inserindo-se num dinamismo que não se contenta em repetir o passado, mas ousa lançar-se na conquista de novos horizontes, merecem a nossa homenagem, os nossos aplausos e a nossa admiração.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais entrou em funcionamento em 15 de junho de 1934, um ano após a instituição do órgão que lhe corresponde no âmbito federal. Desde então, o mundo e o País têm sofrido transformações profundas. O homem, por meio da utilização intensiva da ciência e da tecnologia, tomou posse de domínios cada vez maiores da natureza, pondo-os a seu serviço. Por outro lado, deixou que a ambição de lucro e de poder viciasse a razão, atropelasse a ética e compromettesse a liberdade. Conflitos sangrentos, miséria e exclusão fizeram-se contraponto às conquistas da inteligência, como elementos indissociáveis de um tempo complexo e difícil. Em sua jornada de mais de seis décadas, o CREA-MG vem desenvolvendo um esforço notável para adequar-se às novas realidades e fazer-se apto a enfrentar os desafios do presente. Recusando-se à contemplação fácil da estrada percorrida, tem assumido corajosamente o compromisso de renovar-se a cada instante para permanecer fiel às idéias que inspiraram sua criação.

Nesse sentido, cumpre destacar a verdadeira revolução que vem acontecendo no órgão durante os últimos anos, sob a direção do engenheiro Augusto Drummond. Sua condução à Presidência deu-se pelo voto direto dos profissionais registrados no Conselho, como resultado de um processo de democratização das decisões. Reconduzido para um segundo mandato e tendo como colaboradores diretos Marco Túlio de Melo, Marita Arêas de Souza Tavares, Marcelo Martins Pinto, José Antônio Assis Godoy, Jáiron Oliveira Bragança, Jorge Nei Brito e Adriano Garcia de Souza, Augusto Drummond vem dando à entidade um perfil moderno, consentâneo com as exigências de hoje. Além de dedicar-se com eficácia à missão precípua de fiscalizar o exercício profissional, o CREA-MG vem atribuindo novas dimensões a essa tarefa, combatendo o imobilismo burocratizante. Graças a uma política consistente de descentralização e regionalização, profissionais e empresas vêm sendo atendidos com maior agilidade e eficiência, o que resulta num índice de satisfação crescente, conforme se verificou em pesquisa de opinião levada a cabo no final de 1998. A utilização intensiva de recursos de informática de última geração tem colocado o Conselho cada vez mais próximo de seus clientes. A notável campanha de valorização profissional promovida pelo CREA-MG tem desenvolvido uma nova consciência, não só entre os filiados mas também na sociedade, com respeito à importância da assistência técnica especializada e à dignidade do trabalho do engenheiro, do agrônomo e do arquiteto. Paralelamente, a instituição vem incrementando a promoção de cursos e seminários com o intuito de oferecer oportunidade de aperfeiçoamento e diálogo.

Uma filosofia saudável de integração entre o Conselho e a comunidade é a tônica da atual gestão e já produziu alianças interessantes com instituições de ensino, unidades da administração pública e entidades da sociedade civil.

O CREA-MG tem realizado, de uma forma inteiramente nova, sua função fiscalizadora, deixando a ação punitiva para ser usada como último recurso, em benefício de um esforço preventivo consistente. É merecedora de elogios a iniciativa de parcerias com secretarias de Estado, secretarias municipais e outros órgãos públicos no projeto chamado Fiscalização Preventiva Integrada, que une a defesa das prerrogativas dos especialistas e técnicos com o interesse social representado pela segurança das edificações e obras de arte. Nesse sentido, o CREA-MG tem desenvolvido programas que em muito melhoram a qualidade de vida da comunidade, como, por exemplo, aqueles que visam à conservação ambiental, à preservação do patrimônio histórico e à defesa da saúde e dos direitos da coletividade.

O CREA-MG tem se destacado em sua comunicação usando recursos arrojados, tais como a Internet, o informativo "Vértice" e a revista "Atual", que nasce como um espaço aberto ao debate das mais palpitantes questões contemporâneas.

Por tudo isso, podemos dizer, com certeza, que o CREA-MG situa-se no rol daquelas instituições que conseguem vencer o imobilismo e renovar-se a cada dia, plenamente inseridas no contexto social como sujeitos ativos da história. Isso o faz merecedor da admiração e do reconhecimento da gente de Minas, reconhecimento que externamos nesta oportunidade, estendendo-o a todos os que, no trabalho de cada dia, contribuem para que o Conselho seja hoje exemplo para seus congêneres do Brasil inteiro. Que, com a ajuda de Deus, o esforço de vocês continue produzindo abundantes frutos, para a felicidade da comunidade mineira e nacional.

#### Palavras do Sr. Augusto Celso Franco Drummond

Boa noite a todos. Gostaria, neste momento, de cumprimentar o Deputado João Leite, Presidente desta sessão e autor do requerimento que deu origem a esta cerimônia; o nosso colega e amigo Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos e os colegas da Diretoria: o 1º-Vice-Presidente, Marcos Túlio de Melo; a 2ª Vice-Presidente, Marita Arêas Souza Tavares; o Diretor Financeiro, Jáiron Oliveira Bragança; o Diretor Financeiro Adjunto, Jorge Nei Brito; o Diretor Administrativo Marcelo Martins Pinto, o Diretor José Antônio Assis Godoy e Adriano Garcia de Souza, que conosco dividem a responsabilidade de aqui trazer uma palavra, neste momento em que, na Casa do povo, comemoramos os 65 anos do CREA-MG. Em primeiro lugar, queria falar a respeito do nosso entendimento de que vivemos um momento de enorme crise econômica e social. Por isso, entendemos perfeitamente, embora não seja essa a nossa posição pessoal, o ato daqueles que pedem a saída do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Presidente eleito por ampla maioria no País. Não nos surpreende uma marcha como a de ontem, com 100 mil, 60 mil, 40 mil, como queiram, a qual mostrou e mostra para a Nação que alguma coisa, para não dizer muita coisa, está errada no País.

Há dois anos e meio atrás, quando tive a oportunidade de conhecer a cidade de Buenos Aires, surpreendeu-me o fato de que a taxa de desemprego já alcançava a porcentagem de 18%. E aqui, no Brasil, nos centros urbanos, convivíamos com taxas próximas a 12%. Hoje, dois anos e meio depois, em consequência de todas essas dificuldades no campo econômico, constatamos que, nos centros urbanos, a taxa de desemprego alcança perigosamente o patamar de 20%, o que significa menos oportunidades, menos trabalho, menos condições para que os profissionais de engenharia, a nossa população, o nosso povo possa ter uma vida digna de se viver. Diria que, na engenharia, na arquitetura e na agronomia, a situação, caros colegas, é ainda mais grave, em razão da internacionalização da nossa economia, da chamada globalização, etapa que hoje vivemos. Constatamos que, a partir de processos como o da privatização e outros, cada vez se acentua mais, no nosso País, a presença da mão-de-obra estrangeira. Não que sejamos contra esta, que é muito importante para nosso desenvolvimento, mas é preciso que sejam estabelecidas regras para que ela entre no País e que haja, ao final, a importante transferência de tecnologia. O que nos parece que está ocorrendo é que nós, no Brasil, abrimos nosso mercado de uma maneira que nem os países desenvolvidos, que têm uma estabilidade econômica conquistada há muitos anos, ousam fazer. Precisamos da parceria da Assembléia Legislativa, dos órgãos regulamentadores, das agências fiscalizadoras e regulamentadoras nos Estados: a ANEEL, a ANATEL. Precisamos que existam regras para que as empresas possam entrar em nosso País. O que vimos no ano passado e que só veio a público em maio deste ano, quando o Ministro

Dorneles demitiu dois dos seus assessores, responsáveis pelo controle da mão-de-obra estrangeira neste País, não mais pode ocorrer. Mais de 2.200 diretores e cargos de alto comando entraram no País e foram registrados no Ministério do Trabalho. Mais de 1.100 gerentes e, engenheiros, arquitetos, agrônomos, 822. Tenho absoluta certeza de que, se somarmos todos esses cargos, seguramente mais de 50% são profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, porque muitos gerentes são engenheiros, arquitetos, agrônomos; muitos diretores desses empreendimentos também o são.

Aqui não estou de forma alguma querendo colocar a questão como algo que falhou apenas no Governo Federal, pois falhamos nós também. Não poderíamos ter permitido essas privatizações sem que tivéssemos regras bem-estabelecidas. Não é possível que uma empresa que se privatizou compre os serviços fora do País, que o seguro seja comprado fora do País, que o projeto de engenharia seja comprado fora do País, que o transporte seja comprado fora do País e, ao mesmo tempo, vemos os nossos profissionais de nível superior ou simples colaboradores de nível auxiliar, no desemprego. Entendemos que essa é uma tarefa de todos nós e, neste momento em que aqui nos encontramos, gostaríamos também de aqui fazer uma penitência, porque, na verdade, com esta Casa, não temos tido o relacionamento que deveríamos ter.

Ficamos muito felizes quando, nesta semana, o Prefeito Municipal de Belo Horizonte sancionou a nova lei dos elevadores. O CREA-MG trabalhou, juntamente com a Câmara Municipal, para que cada elevador da nossa cidade tivesse um responsável técnico, que fossem feitas vistorias periódicas e que, quando o fiscal lá chegasse, constatasse claramente, em um livro, que ali passou um profissional que se responsabilizou pela qualidade e pela segurança daquele elevador.

Com esta Casa, temos um trabalho muito bonito pela frente. Neste momento, gostaria de fazer essa declaração de intenção que não é só minha, mas de todos os nossos colegas do CREA - da nossa diretoria, dos nossos conselheiros, dos nossos inspetores e de todo o pessoal que colabora conosco de maneira bastante verdadeira.

O que o CREA busca, cada vez mais, é a parceria com a sociedade. Com iniciativas como as que o Deputado João Leite mencionou, como a fiscalização integrada, queremos trazer segurança e tranquilidade à nossa população. Ao fazermos uma visita aos "shoppings", aos estádios de futebol e aos templos das diferentes religiões, o que queremos é verificar se está tudo em ordem, para que a população possa frequentar esses espaços com tranquilidade e com segurança.

O CREA acredita ser muito importante não acharmos que o desenvolvimento econômico dependerá apenas do Governo Federal e do Governo Estadual. Pelo contrário, estão aí alguns exemplos claros de que, se quisermos, se soubermos trabalhar junto com as instituições de ensino, com as entidades de classe, com os profissionais e com as câmaras municipais, poderemos conquistar, sem dúvida alguma, um desenvolvimento regional bastante acentuado.

A rota 459 é um belíssimo exemplo que se desenvolve na região de Pouso Alegre, Poços de Caldas e Itajubá, onde a comunidade se mobiliza. A comunidade quer se articular com as forças políticas deste Estado e com os Deputados Federais que nos representam em Brasília, para que consigamos gerar renda e emprego no interior do Estado. E essa tem sido nossa pregação.

Ano passado, estivemos em todas as regiões do Estado, mostrando dizendo aos engenheiros que não será através do imobilismo, dos braços cruzados, esperando decisões do Governo Federal ou do Governo Estadual, que conquistaremos nosso movimento econômico. Com todas as dificuldades, temos de romper as limitações existentes. Temos de trabalhar em parceria, porque essa é a fórmula para conquistarmos algo mais justo para nossa sociedade no futuro. Entendo que todos esses caminhos que o CREA busca, de parceria com a sociedade, de envolvimento com a Assembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Congresso Nacional, os Ministérios, o CREA e o CONFEA, tudo isso mostra um caminho indissolúvel e sem volta que o CREA-MG tomou, que é o caminho desse trabalho em parceria com a comunidade. Mas não nos estamos esquecendo dos profissionais, porque sabemos que aquela casa é dos profissionais de nível superior e de nível técnico, é a casa das instituições de ensino de Minas Gerais, é a casa das entidades de classe responsáveis pelo poder, pela força que é a engenharia, a arquitetura e a agronomia de Minas Gerais. Por isso temos estado atentos às dificuldades por que passam os profissionais. Temos procurado cada vez mais oferecer um serviço de maior qualidade.

Temos procurado dar apoio ao profissional, porque, quando assalariado, ele recebia ajuda para programas de saúde, fazia treinamento e reciclagem, percebia um salário e tinha uma série de facilidades, que, cada vez mais, passam a ser inexistentes em nosso mercado de trabalho. Realizamos convênio com a UNIMED e com várias outras empresas, a fim de oferecer ao nosso profissional uma situação mais confortável e melhores condições para dignamente exercer a nossa profissão.

O CREA de Minas Gerais tem, neste momento, os seus olhos, o seu pensamento e a sua intenção voltados para a aliança com a sociedade e para a valorização profissional, procurando, em parceria com vários outros segmentos, ser agente do desenvolvimento e de um futuro melhor para a nossa pátria.

Jamais conseguiríamos chegar ao patamar que alcançamos hoje não fossem esses 65 anos de lutas, por mais difíceis que elas se pudessem ter apresentado em alguns momentos da nossa história. O CREA nasceu da luta pela regulamentação profissional, quando desejávamos uma profissão regulamentada, e ainda hoje queremos, para fazer frente ao MERCOSUL, à ALCA e a outras ameaças que existem do ponto de vista das oportunidades de emprego.

Obviamente, o CREA não seria o que é hoje nem o que pretende ser no futuro, não fosse o trabalho árduo de pessoas, cujos nomes gostaria de citar neste momento - algumas delas se encontram aqui, para a nossa alegria -, porque, em nome delas, quero agradecer a esses ex-Presidentes, às suas equipes, aos conselheiros, aos inspetores e ao quadro de pessoal de cada época por tudo aquilo que construíram para o nosso CREA e que nos deixaram, para que hoje pudéssemos ser a força que somos.

Quero lembrar o nome de Lourenço Baeta Neves, nosso Presidente de 1934 a 1935; Honório Hermeto Corrêa da Costa, de 1936 a 3 de fevereiro de 1939, quando faleceu; João Kubitschek de Figueiredo, de março de 1939 a 1942; Manoel Pires de Carvalho e Albuquerque, de 1943 a 1957; Adhemar Rodrigues, de 1958 a maio de 1959; José Alves, de maio de 1959 a 1960; João Batista de Senna Freire, de 1961 a 1963; Celso Cardão, de 1964 a 1966; Paulo Henrique, de 1967 a 1972; Maurity Augusto Pereira Neves, de 1973 a 1975; Carlos Eugênio Thibau, que aqui está hoje conosco também, de 1976 a 1981; Tércio Primo Belém Barbosa, de 1982 a 1984; Márcio Carlos da Rocha, de 1985 a 1987; Onofre de Resende, de 1988 a 1993, e também o meu nome e da minha Diretoria, pois estamos agora caminhando, nesse ano de 1999, para o término do segundo mandato.

Senhores, o CREA-MG é o resultado do trabalho dessas pessoas, dos Diretores, dos Conselheiros, dos Inspectores. A abnegação dessas pessoas, dos nossos colaboradores, dos nossos funcionários, dos nossos empregados, enfim, de um conjunto de pessoas, nos ajudaram a chegar onde estamos.

Por isso, quero, nesse momento, fazer o nosso sincero agradecimento a esta Casa, na pessoa do Deputado João Leite, que, em boa hora, teve a iniciativa de nos convidar para que pudéssemos aqui ter esse conagração.

Não nos surpreende que tenha partido do Deputado João Leite essa iniciativa. Temos acompanhando o trabalho parlamentar do Deputado João Leite e temos visto, não só na sua passagem pela Secretaria de Esportes do Município de Belo Horizonte, a maneira como se portou no apoio ao menor de rua, à criança carente, ao adolescente. Temos também acompanhado o trabalho do Deputado João Leite nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos. Ele tem se tornado um baluarte da defesa dos direitos humanos em Minas Gerais. Em boa hora, na próxima segunda-feira, nesta Casa, ele estará recebendo muitas pessoas para a comemoração dos 30 anos da anistia ampla, geral e irrestrita, que foi tão importante para a democratização do nosso País. Deputado João Leite, receba o nosso muito obrigado. Temos a absoluta certeza de que, assim como V. Exa. brilhou nos esportes, estará brilhando como Deputado. Queremos que você conserve essa energia, essa vontade e esse êxito que tem alcançado até agora. Gostaríamos de agradecer enormemente a presença do Deputado Ronaldo Vasconcellos, agradecer a presença de todos vocês, agradecer esta Casa por esta homenagem que muito nos honra e que, certamente, cala fundo em cada um de nós, que temos vivido, respirado, lutado para fazer do CREA-MG algo que seja realmente útil à nossa sociedade, construindo o futuro e valorizando a vida. Muito obrigado. (- Palmas.)

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Augusto Celso Franco Drummond uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê: -) "Ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-MG -, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 65 anos de sua criação, reconhecendo o fundamental papel que exerce na regulamentação e fiscalização do exercício profissional, a dinâmica ação que desenvolve na difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a sua crescente parceria com a sociedade na promoção e defesa dos direitos do consumidor.".

- Procede-se à entrega da placa.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos agora à exibição de um vídeo institucional sobre os 65 anos do CREA-MG.

- Procede-se à exibição de vídeo.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 25/8/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - Decisão da Presidência - Questões de ordem; discurso do Deputado Marco Régis; questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 230/99; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Miguel Martini, Carlos Pimenta, Hely Tarquínio e Edson Rezende; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 469/99 e o Projeto de Lei nº 344/99, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, V. Exa. já passou à fase de votação, em que será apreciado projeto do Deputado João Batista de Oliveira, mas nós, da Oposição, aguardamos a resposta à questão de ordem suscitada pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira em relação à vinda do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Chefe do Estado-Maior a esta Casa. Aguardamos essa resposta e a vinda deles desde fevereiro.

#### Decisão da Presidência

O Deputado Sebastião Navarro Vieira, em questão de ordem suscitada na 62ª Reunião Ordinária, realizada ontem à tarde, solicitou desta Presidência informação a respeito da data do comparecimento a esta Casa do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, juntamente com seu Comandante-Geral, conforme emenda de sua autoria e a requerimento dos Deputados Márcio Cunha, João Paulo e José Milton, aprovado em Plenário. Informo ao ilustre Deputado que a presença do Comandante-Geral havia sido agendada para a reunião ordinária de hoje. Porém, devido à impossibilidade do comparecimento, na mesma reunião, do Chefe do Estado-Maior, conforme solicitação dos suscitantes da questão de ordem, será marcada nova data, para que os dois militares aqui compareçam juntos.

Mesa da Assembléia, 25 de agosto de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

#### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Gostaria de dizer da nossa insatisfação, Sr. Presidente, a respeito da relação que vem existindo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais.

Queria dizer da minha insatisfação, pois o requerimento foi aprovado em fevereiro deste ano, já estamos quase em setembro, e essa reunião ainda não foi marcada. E, quando foi marcada, não atendia ao que se solicitava no requerimento aprovado na Assembléia Legislativa. Essa é uma relação que não atende ao nosso interesse, não atende ao que entendemos ser de interesse do povo de Minas Gerais, não atende à democracia, muito menos as informações dadas pelo Comandante de que ele não falará nada. Ora, como não falará nada? O que vai ser escondido pelo Poder Executivo do Poder Legislativo?

Quero deixar aqui a minha posição de insatisfação, contrária. Espero que haja uma reação da Assembléia Legislativa, pois o Comandante-Geral da Polícia Militar disse que não falará nada à Assembléia Legislativa. Espero que este Poder reaja e coloque o Poder Executivo no lugar dele, que é o de dar informações aos representantes do povo de Minas Gerais sobre todas as suas ações. Estamos numa democracia, e uma das responsabilidades do Poder Executivo é a de dar publicidade aos seus atos. Os representantes legítimos do povo de Minas Gerais estão aqui no Poder Legislativo, na Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, quero deixar clara a minha insatisfação com a resposta da Mesa, com a resposta do Presidente, com a maneira como o Poder Executivo de Minas Gerais tem tratado o Poder Legislativo e com essa resposta dada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, em nome do PSDB, em nome do Legislativo de Minas Gerais, gostaria de dizer que essa questão de ordem levantada pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira já foi levantada anteriormente, e nós, inclusive, já cobramos seus resultados. Nos entendimentos entre os Líderes, ficou definido que o Comandante-Geral da Polícia Militar viria à Assembléia. Esse requerimento ocorreu em fevereiro último, e já estamos no segundo semestre. Todos os Secretários convocados naquela época já compareceram, já mostraram o contraditório das posições, que as bancadas queriam ouvir, e o Sr. Comandante, talvez pelo cargo que exerça, um cargo muito mais de implantar a ordem, de querer harmonia entre os Poderes, de vigilância, está extrapolando a sua posição e resistindo a comparecer a esta Casa. Ele, que foi convocado a requerimento, com a aprovação de todos os Deputados. Então o Poder Legislativo está sendo colocado em segundo plano. A nossa função é fiscalizar, e, através desse requerimento, estamos buscando alguma fiscalização, querendo saber do Poder Executivo como aconteceu uma série de coisas desde o primeiro momento em que foi declarada a moratória. Argumentamos sempre que o Comandante-Geral da Polícia Militar tem de guardar sigilo, que ele é submetido ao Governador de Minas Gerais. Quer dizer, o Poder Executivo não responde ao Poder Legislativo, não comparece nesta Casa, e estamos aqui sendo embrulhados, sendo tratados como criança.

Gostaria de reiterar a V. Exa., em nome do PSDB, o pedido para que faça uma convocação, e não mais um convite, ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Ai, sim, a Oposição vai tomar as devidas medidas com relação a essa resistência do Comandante.

O Deputado Miguel Martini - Pela resposta que V. Exa. deu a essa questão de ordem, que virão aqui o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, queremos chamar a atenção, neste momento, para o fato de que, se houve a declaração do Comandante-Geral da Polícia Militar de que não poderá falar, nós, do Poder Legislativo, teremos que exigir que as informações que julgarmos convenientes nos sejam prestadas.

Mesmo porque, como representantes do povo mineiro, não podemos estar aqui deixando nossos concidadãos amedrontados. Imaginem os senhores se o Governador Itamar Franco estiver tramando um ataque militar ao Estado de São Paulo. Imaginem os senhores se o Governador quiser fechar os limites de Minas Gerais. Imaginem os senhores se ele quiser declarar guerra ao Governo Federal e tenha preparado a Polícia Militar para isso. A sociedade mineira precisa saber dessas coisas. É direito nosso, e queremos exigir que venham aqui o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Chefe Maior da Polícia Militar e que nos prestem todas as informações. E o que considerarmos fundamental e ele não quiser nos informar teremos que buscar por vias judiciais.

Sabemos que o Governador Itamar Franco está no Sul de Minas, em Furnas, fazendo exercícios militares. Como o povo mineiro vai saber o que ele quer com isso? Pelo menos precisamos saber qual a nossa tropa, com quem vamos nos defrontar, se temos condições de enfrentar essa batalha. Não podemos ficar na insegurança, sem saber se está sendo declarada uma guerra de Minas Gerais contra outros Estados.

É direito do povo mineiro saber, não é o Deputado, é o povo mineiro, e não vamos abrir mão enquanto Poder Legislativo de obter todas essas informações e exigir a presença de quem quer que achemos conveniente, para nesta Casa prestar essas informações.

Entendi e queria ouvir de V. Exa. se é isto: se ele virá e prestará as informações.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranha-me essa informação do PSDB. Ele hoje, está exigindo que o Comando da Polícia Militar venha aqui, de público, divulgar sigilo militar. O que me estranha é que o PSDB ficou quatro anos no Governo e nunca exigiu nada disso. Parece que eles estão com a síndrome da desmama. Esqueceram que saíram do Governo. Já não é possível esses discursos inflamados querendo que o Comandante da Polícia Militar venha aqui falar de sigilo militar! Acho que estamos extrapolando nessas exigências e nessas cobranças do Governo. Estão preocupados porque o Governador Itamar Franco, hoje, é o homem de Minas, é o homem do Brasil. Ele dizia na campanha que ia levantar a voz de Minas e o fez! Isso tem incomodado muito o PSDB, que, de um tempo para cá, tem diminuído sua bancada, tanto nesta Assembléia Legislativa quanto na Câmara Federal, que é justamente pela posição equivocada de suas maiores lideranças.

A decisão de V. Exa., Sr. Presidente, na questão de ordem foi bastante embaçada e achamos que essas convocações têm de ter critérios. Da forma que o PSDB está conduzindo esta Casa e querendo conduzir, eles estão equivocados. Exigir, como o Deputado Miguel Martini está exigindo, que o Comando venha aqui revelar sigilo militar, acho que aí já passou das contas.

Estamos aqui solidários com a decisão de V. Exa. e cientes de que a vinda do Comando da Polícia Militar aqui é apenas para servir de bandeira para o PSDB, que já não está tendo o que falar. Eles se esqueceram de que saíram do governo. Ficaram no governo quatro anos e nunca procuraram querer saber tanto, como estão querendo agora.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou tentando entender, há alguns meses, essa convocação, ou pedido para que venha a esta Casa o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais.

Foi aprovado pela Mesa, chegou até ao Comando e estou começando a ouvir, por várias vezes, uma coisa chamada sigilo militar.

Eu ouvia muito essa frase "sigilo militar" nas histórias, que ainda são contadas, da guerra dos alemães contra praticamente o resto do mundo, no tempo de Hitler, da ditadura militar. Sigilo militar em um Estado como Minas Gerais, que sempre lutou pela democracia, traz a nós um pouco de preocupação. O que será que os militares do Comando estariam pensando em relação a vir até esta Casa? Seria somente para nos dizer um bom-dia e nos contar o que está havendo, não precisa entrar em detalhes, mas apenas falar sobre aquilo que é curiosoidade de todos nós e também, tenho certeza, do povo de Minas Gerais: qual foi a conversa, o que se tratou a respeito da Polícia Militar de Minas Gerais? Será que na época, já se havia cogitado de manter homens armados, pelo menos o pelotão de elite, para defender Furnas? Nós aplaudimos a iniciativa de proteger Furnas para que continue do jeito que está e não seja privatizada. Queremos saber se além disso, outras coisas virão. É isso que nos preocupa.

Sr. Presidente, gostaria também de deixar registrada a decepção, não envolvendo a consideração que tenho pelo Comando da Polícia Militar, mas de não termos aqui o Comandante da nossa tão querida e honrada Polícia Militar de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Cabo Morais - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar um pouco sobre essa convocação do Comando da Polícia Militar a esta Casa. Na realidade, nada o impede de vir aqui. O regimento desta Casa até permite que isso ocorra. Mas quero dizer que o fato de discutirmos, todos os dias, nesta Casa, a presença ou não do Comando da Polícia Militar, demonstra que estamos dando ênfase à pessoa dele, estamos mostrando a importância desse Comandante para o Estado de Minas Gerais.

As questões militares são realmente de cunho sigiloso, Deputado Bejani. Vocês podem ter a certeza absoluta de que o regulamento interno da instituição não permite que assuntos militares sejam discutidos publicamente, principalmente, aqueles de cunho estratégico. É como se fosse montar uma "blitz" numa determinada esquina e avisasse a todos os motoristas que essa "blitz" iria funcionar ali em determinado horário.

É importante salientar que o que estou vendo na bancada da Oposição desta Casa é a intenção de não permitir que os trabalhos continuem, desenvolvam-se naturalmente. Isso não é

argumento para pararmos

processos e projetos que estão nesta Casa, que são de interesse da sociedade mineira. É o que tinha para dizer. Espero que o Comando da Polícia Militar realmente venha a esta Casa, satisfaça o desejo da Oposição para que, definitivamente, possamos continuar com o trabalho deste parlamento. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que uma das poucas prerrogativas do Poder Legislativo é, no mínimo, o direito de pedir informações. Não estamos pedindo satisfação, estamos pedindo informações ao Comandante da PMMG, e, por duas ocasiões, essa política se viu numa situação, no mínimo, delicada.

De repente, o Governador convoca toda a Polícia, todo o Comando da Polícia Militar para lhe dar respaldo para uma atitude que ele tomou na época da moratória decretada por Minas Gerais. A Assembléia se manifestou querendo obter mais detalhes, infelizmente não teve acesso a essas informações.

Agora, recentemente, nesse episódio de Furnas, quando a Polícia Militar fez manobras no local, esta Casa, por meio de um requerimento, que não é da Oposição, que foi votado pelo Plenário, um requerimento do Poder Legislativo, pediu também as informações sobre o assunto, para repassá-las ao povo deste Estado.

A falta de informações é tanta que a grande imprensa de Brasília, o "Correio Brasiliense", declarou que meu amigo, o Deputado Marco Régis, estava pronto até mesmo para entrar em aulas de tiros para defender nosso Estado, defender Furnas.

Se essa informação chega aos Deputados desta Casa dessa forma e está no "Correio Brasiliense", imaginem o que está acontecendo com os moradores das margens de Furnas.

Acho que o Sr. Comandante tem a obrigação de comparecer nesta Casa do povo, dialogar com os Deputados e tranquilizar o povo mineiro. É necessário que tenhamos liberdade para cumprir nosso papel.

Esta Casa está sob as vistas de arapongas. Pessoas do Executivo anotam "ipsis litteris" o que se passa nesta Casa, o que já virou motivo de chacota.

Sr. Presidente, o Poder Legislativo não está querendo fazer ingerências em questões que não sejam de sua competência; nossa prerrogativa constitucional é esta. Temos o direito de fiscalizar os atos do Executivo, de apresentar nossas leis, que estão sendo apresentadas; haja vista o volume de projetos de lei - mais de 500 - nas comissões para serem analisados. Se não podemos pedir informações, se não podemos fiscalizar os atos do Poder Executivo - e a Polícia Militar representa o Poder Executivo -, infelizmente, temos de reconhecer que, muitas vezes, o trabalho do Deputado é o de um despachante de luxo, porque estamos abrindo mão dessa prerrogativa constitucional.

Deputado Cabo Morais, entendo que V. Exa. cumpriu seu papel ao fazer a convocação e está nos transmitindo uma informação do Chefe Maior da Polícia e do Chefe da Polícia Militar deste Estado. Só peço a V. Exa. que insista, porque não foi requerimento da Oposição, da Situação, do PFL. Foi um requerimento votado, aprovado, que se tornou a palavra oficial do Poder Legislativo, para que a Polícia Militar, que V. Exa. tão bem representa, venha conversar com a sociedade.

Não estamos em regime de guerra, não há informações sigilosas. Só existiriam informações sigilosas se estivéssemos em regime de guerra. Estamos em paz, que queremos seja preservada, custe o que custar. E não abriremos mão do nosso direito constitucional, da nossa prerrogativa de arguir quem quer que seja do Poder Executivo para que a sociedade mineira se mantenha bem informada. Muito obrigado.

O Deputado Benê Guedes - Sr. Presidente, entendo plenamente justo o pedido da Oposição com relação à convocação do Comandante da Polícia Militar. É justo que todos nós saibamos das atividades que estão ocorrendo. Mas também é muito justo que o Governo assuma a posição de reserva que está assumindo, porquanto esse é um assunto muito polêmico. Entendo que o Governo esteja defendendo Minas, preservando Furnas. Evidentemente, esse trabalho da Polícia Militar, em seu nascedouro, tem de ser preservado, não pode se tornar tão público, como todos pedem.

A posição do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, amplamente favorável à defesa de Furnas, motiva a todos nós, principalmente ao Governador Itamar Franco, a adotar a posição que está adotando. E sobrevoar Furnas com a Polícia Militar é uma questão vista com tranquilidade. Nunca haverá guerra em Minas, Estado pacífico. Coisas muito piores já ocorreram neste País, e não houve guerra; houve protesto; portanto, é hora de fazermos uma reflexão. É normal que aqui compareça o Comandante da Polícia Militar, mas é normal também que não tornemos públicas tantas informações que devem se manter sigilosas. Muitas vezes, a Polícia Militar e a Polícia Civil trabalham com sigilo para obter dados importantes. Posteriormente, esses dados poderão ser divulgados.

Mas entendo como justa a pretensão da Oposição, que cumpre o seu papel, evidentemente. Nós, que estamos acompanhando e dando base de sustentação ao Governo, temos que dizer que o Governo está trabalhando também. Temos dificuldades aqui na Assembléia. Desde o início o Estado de Minas vem sofrendo, sendo penalizado pela política do Governo Federal. Agora ele está se recompondo. Ontem estivemos aqui com o Secretário da Administração, Sávio Souza Cruz, que mostrou o que está sendo feito em Minas, que está procurando resolver os problemas de ordem financeira do funcionalismo também. O nosso Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, tem feito um trabalho de aglutinação, conversando, mantendo diálogos, inclusive com a Oposição. Essa é a parte dele, de que precisamos para que os Deputados possam trabalhar e ser atendidos, para que possamos trabalhar junto às nossas bases, que é o principal. Temos que sair do discurso para a prática. Ai, sim, vamos cobrar do Governo. Já estamos cobrando. Os Secretários já estão vindo aqui para dizer o que poderá ser feito no presente e no futuro. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Estou entendendo que estamos discutindo o que já está aprovado. Então acho que, neste instante, estamos perdendo tempo, porque essa emenda foi feita pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira a um requerimento da bancada da Situação, à época. O requerimento convidava os Secretários. O Deputado Sebastião Navarro Vieira formulou, então, a emenda, que foi aprovada. Na mesma emenda, falava-se em reunião secreta. Portanto, não é para tornar público o que se passa, é para comunicar ao Poder Legislativo o que já se passou.

Outra coisa: falou-se aqui em segredo militar. Segredo talvez seja para uma ação que ainda não aconteceu, mas o que já aconteceu é de interesse público. Então, se é de interesse público, os Deputados, que votam o regimento interno da polícia, que votam as leis estaduais, não podem ter conhecimento daquilo que já é de interesse público? É por essa razão que estamos insistindo para que haja a valorização e o respeito ao Poder Legislativo, independentemente de o Comandante não querer dizer nada. Seria convocá-lo para que viesse a uma reunião secreta e dissesse o que acha que pode dizer. Ninguém está obrigado a falar aquilo que não quer e que não deve falar. Portanto, estamos pedindo para que se cumpra o que já foi aprovado. Nada de discutir fatos novos, não tem nada a ver com Furnas, não tem nada a ver com outras coisas. É coisa de fevereiro, a emenda foi aprovada em fevereiro. Estamos pedindo para que ela seja cumprida.

O Sr. Presidente - A Presidência vai responder as questões formuladas pelos Deputados João Leite, Hely Tarquínio, Miguel Martini, Alberto Bejani, Cabo Morais, Carlos Pimenta e, por último, também agradecer a exposição do Deputado Sebastião Costa, que contou toda a história e nos mostrou que, na verdade, estamos perdendo tempo. Realmente estamos, porque o requerimento foi aprovado, efetivamente, em fevereiro. Mas é importante lembrar que foi aprovado um requerimento em fevereiro solicitando a presença de vários Secretários de Estado nesta Casa. O último veio exatamente no dia 29 de junho. Logo depois tivemos o recesso. Reiniciamos os nossos trabalhos e estamos no primeiro mês pós-recesso. Muito bem.

O Comandante-Geral remeteu a esta Casa um ofício em que, em primeiro lugar, diz que recebeu a comunicação e que se coloca à disposição para comparecer no Plenário deste parlamento. Continuando a sua exposição, ele cita a Constituição da República, em seu art. 5º, que assegura a todos o acesso à informação. Ele cita também o inciso XXXIII da Constituição, que permite que a autoridade pública recuse a divulgação daquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ele cita, depois, alguns artigos do Código Penal também. Ou seja, o Comandante-Geral se coloca à disposição do parlamento - não poderia ser de outra forma -, mas diz que talvez não possa tratar publicamente de determinados assuntos com os Deputados.

Após a Presidência da Assembléia haver marcado para hoje à tarde a vinda a esta Casa do Comandante-Geral da Polícia Militar, em atendimento à solicitação da maioria dos

Deputados, ela recebeu uma questão de ordem do Líder do PFL alegando que não bastava apenas a presença do Comandante-Geral, mas que seria necessária também a presença do Chefe do Estado Maior da Polícia Militar. Muito bem. A Presidência manteve contato com a chefia do Estado Maior. O Chefe do Estado Maior tinha compromissos agendados anteriormente, não podia comparecer ao parlamento hoje, de última hora, porque não estava sabendo da visita do Comandante-Geral a esta Casa e não podia acompanhá-lo.

A Presidência, atendendo ao requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, marcou outra data para a vinda dos dois. Diante disso, não consegui, até agora, compreender a opinião dos Deputados do PFL e do PSDB a respeito da presente matéria.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Obrigado, Sr. Presidente. Fomos citados "en passant" pelo colega Deputado Carlos Pimenta a respeito de declarações nossas sobre Furnas que foram publicadas no "Correio Brasiliense". Nossa posição é de nos engajarmos em qualquer movimento em defesa dessa represa, e vamos sustentar esse ponto de vista aqui, por partes.

Estivemos na cidade de Capitólio na semana passada, quando o Governador fez, junto com o Estado Maior da Polícia Militar, uma visita de reconhecimento da área. Realmente dissemos à imprensa que nos aborreu que os processos de privatização no Brasil têm de ter fim. Já não podemos aceitar que o patrimônio público, principalmente o que nos resta das empresas que garantem a soberania e a estratégia nacional, seja posto fora pelo Governo brasileiro. Nesse sentido, já não temos o que esperar. Temos de empreender qualquer tipo de reação, porque não vai voltar mais o tempo que o então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou uma empresa por CR\$1,00.

Neste mundo globalizado, se, amanhã, tivermos a coragem de dizer que vamos reestatizar a Vale do Rio Doce ou qualquer outra empresa posta fora a preço de banana pelo atual Governo, o G-7 vai mandar para cá suas tropas - como já está ameaçando, por outros pretextos, invadir a Colômbia - e vai dizer: "Isso aí é nosso". Temos, então, de defender, a qualquer preço, o que ainda é nosso.

Toda a movimentação de tropa que o Governador fez na região de Furnas pode ter sido metafórica, simbólica ou qualquer outra "ótica", mas serviu para despertar a população. Essa foi a grande virtude da movimentação provocada pela tomada de posição do Governador Itamar Franco. Na verdade, a população do Sul de Minas já se levanta com patriotismo, com nacionalismo e consciente de que tem de defender Furnas, patrimônio que se encontra nessa região.

Então, disse aos jornalistas que iria fazer um curso de tiro - não tenho índole belicosa, o próprio Deputado Carlos Pimenta se referiu a isso -, não só para me defender da violência do dia-a-dia, mas para dizer também que sou contra o projeto do Governo Federal de desarmamento da população. Fazer isso é deixar os bandidos armados, porque continuarão comprando armas de contrabando.

Em encontro realizado nesta Casa, representantes da ONU trouxeram um manifesto pela paz; eles querem a paz para o Grupo dos Sete. Não assinarei nenhum manifesto pela paz mundial porque, se assim o fizer, amanhã, se me engajar em um movimento de oposição ou em algum movimento que fuja das conotações pacíficas, dirão que fui um dissimulado, um traidor, um homem sem palavra. Por isso não assinarei manifesto pela paz imposto por grupos da ONU vinculados a Washington.

Por isso mesmo, quero dizer que, embora nunca tenha dado um tiro na minha vida, o sentimento da população do Sul de Minas é defender com unhas e dentes o nosso patrimônio. Não podemos aceitar um Governo que perdeu a autoridade moral para fazer privatizações, porque o dinheiro destas saiu pelo ralo do desperdício, sem amortização das dívidas e sem ser aplicado na saúde, na segurança e na educação. Temos de defender o que nos resta, senão me envergonharei de ser brasileiro.

O Sr. Presidente - A Presidência, antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, dá parabéns ao Deputado Marco Régis e diz ao nobre Deputado que no momento em que V. Exa. formulou aquelas declarações à imprensa, teve o cuidado de lê-las e o compreendi perfeitamente.

Na minha avaliação, muitas vezes, para acordar alguns brasileiros ilustres que estão dormindo em relação à defesa de alguns princípios básicos e elementares que deveriam ser defendidos, vale todo e qualquer exagero.

Acho que hoje podemos mencionar tranquilamente a lei ambiental. É exatamente com os exageros constantes nas leis ambientais que o brasileiro vem gradativamente conseguindo atingir um nível razoável de conscientização da necessidade de se preservar o meio ambiente.

Hoje, em relação a Furnas, as declarações do nobre Deputado que ocupou a tribuna há pouco tempo foram mal compreendidas por alguns. No entanto, outros compreenderam perfeitamente o exagero. Muitas vezes, no processo de conscientização da maioria da população, há necessidade de que alguns exagerem.

#### Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação em defesa do Poder Legislativo, em nome das Bancadas do PSDB, do PFL e do PSN. A partir da votação do projeto do ilustre Deputado João Batista de Oliveira, a Oposição está disposta a não votar matéria alguma, até que o Sr. Comandante da PMMG compareça a esta Casa, embora V. Exa. não compreenda essa posição da Oposição.

O Sr. Presidente - A Presidência compreende perfeitamente a posição da Oposição. Apenas fiz questão de esclarecer, nobre Deputado, que estava marcada para hoje à tarde a visita do Comandante-Geral, mas exatamente um dos partidos citados por V. Exa levantou uma questão de ordem, dizendo que gostaria que estivesse junto com o Comandante-Geral o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar; porém, não foi possível fazer com que os dois viessem até o parlamento hoje à tarde, como estava previamente marcado.

A Presidência esclarece, como fez anteriormente na decisão de questão de ordem, que será marcada nova data para que os dois militares possam comparecer conjuntamente a esta Casa, e recebe agora a comunicação de V. Exa. de que os outros projetos só serão votados após a vinda dos dois oficiais.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Marco Régis por suas palavras, as quais venho corroborar, porque estamos passando por uma fase muito difícil em nosso País, principalmente no que diz respeito à estabilidade sócio-econômica.

Estamos vendo a questão de Furnas ser levantada aqui, no Plenário, e, como bem disse o Deputado Marco Régis, precisamos ter um pouco mais de carinho por nossa Pátria, precisamos de um pouco mais de nacionalismo, porque as interferências do FMI e dos banqueiros internacionais estão indo além dos limites. Essa questão de Furnas é de patriotismo, sim, Deputado Marco Régis, porque todo cidadão mineiro hoje deveria se levantar em defesa da não-privatização da Hidrelétrica de Furnas.

E, para quem não conhece estratégia militar, gostaria de dizer o seguinte: nos países de Primeiro Mundo, as forças armadas e as forças policiais estaduais defendem diuturnamente as hidrelétricas, porque elas são pontos sensíveis sob o prisma da estratégia militar e da soberania do país. Aqui, infelizmente, o Governo neoliberal quer privatizar até os rios de Minas Gerais e do nosso País. Eu gostaria de saber qual será a próxima privatização do Presidente Fernando Henrique. Será a Amazônia, que é considerada o pulmão do mundo?

Não podemos, então, ficar de braços cruzados. Realmente, Deputado Marco Régis, todo cidadão mineiro deveria se levantar em defesa do patrimônio de Minas e do Brasil, porque essa é uma questão de soberania nacional. E, numa situação mais sensível, vamos dizer, como a de uma guerra, por exemplo, um dos primeiros alvos são as hidrelétricas. São cortadas as comunicações, o abastecimento de água e a energia elétrica. Mas, infelizmente, temos hoje um Presidente que está entregando, aos pedaços, nosso País aos banqueiros internacionais, ao bel-prazer do FMI.

Só para encerrar, Sr. Presidente, acho que tanto os Deputados da Oposição quanto os da base do Governo deveriam estar preocupados com a não-privatização. Todos deveríamos dizer não, porque vender o rio é vender a soberania, é vender um ponto sensível de defesa nacional, que é uma hidrelétrica. Quero conchamar tanto a base do Governo quanto a Oposição para que se lembrem desse detalhe: uma hidrelétrica é um ponto sensível na segurança nacional de nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Presidente - A Presidência quer apenas lembrar aos Deputados Sebastião Costa e Antônio Júlio, que estão solicitando a palavra pela ordem, que, se for sobre a mesma questão, o § 4º do art. 166 é claro e diz que sobre a mesma questão de ordem o Deputado poderá falar apenas uma vez.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, é em outro sentido, talvez até para se aproximar. A questão de Furnas é um processo do momento, para ser discutida no presente e no futuro. Portanto, estamos transformando questões de ordem em encaminhamento de votação ou de discussão de um assunto para o qual não temos competência. Não temos sequer atribuição para votar, impedir ou estimular. Temos, sim, o direito de lutar e persuadir, como acharmos conveniente.

Estamos fazendo aqui um processo de discussão prévia de uma questão que não é de nossa competência. Um segundo aspecto seria lembrar que a emenda do Deputado Sebastião Navarro incluía os dois Comandantes. Talvez tenha sido por isso que ele insistiu na vinda dos dois na mesma data.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, estou vendo que o senhor está um pouco impaciente, mas acho que o senhor precisa ter um pouco mais de paciência para com o Plenário, porque o Líder do PSDB tem tumultuado os trabalhos de V. Exa. Ele fez uma ameaça aqui, agora, dizendo que o PSDB não irá votar, mas a base vai votar. Ele falou em nome do PSDB. Aqueles que estão nos ouvindo estão sentindo que o PSDB está querendo tumultuar os trabalhos nesta Casa. Por isso, quero deixar claro para os Deputados da base do Governo que fomos ameaçados pelo PSDB, que disse que não irá votar. E gostaríamos de dizer ao seu Líder que a base estará aqui e vai votar as matérias de interesse do povo mineiro.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, o Deputado Antônio Júlio fez uma referência direta à Liderança do nosso partido. Devido à sua ausência e na qualidade de integrante do partido, gostaria de esclarecer a posição deste. A afirmação de que o PSDB não quer votar não é correta. Na verdade, estamos há um mês nesta Casa sem votar. Essa maioria governista, que ele alega existir, praticamente não funcionou durante este mês inteiro. Então, quem não quis votar foi a base governista. O PSDB tem, momentaneamente, uma estratégia. Essa estratégia é não servir de base governista. Queremos obrigar essa base a estar presente. Se ela estiver sempre presente, como é Maioria, os projetos serão votados. O que não queremos é servir aqui de "inteira" à base governista. Acho a posição do nosso Líder muito correta.

Agora, se a base governista não conseguir se mobilizar com os números necessários, o PSDB vai usar os artifícios regimentais para fazer valer o seu poder de obstrução. Fazemos isso para exigir a presença da base do Governo nesta Casa, para que os projetos não apenas sejam discutidos, mas votados. Estamos apenas discutindo há um mês, e pouca coisa foi votada. O que o PSDB quer, na verdade, é que a Casa funcione completa, com a presença da Oposição e da base governista. Chega de a Oposição praticamente compor "quorum" para que as votações andem. A nossa posição é muito clara. Não queremos parar e nem tumultuar a Assembléia. O que queremos é apenas que essa tão falada Maioria do Governo apareça e se manifeste. É apenas isso.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 230/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que dá nova redação ao art. 37 da Lei nº 12.727, de 30/12/97. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de elogiar o Deputado João Batista de Oliveira, que, com esse projeto de lei, está finalmente corrigindo um desvio de recursos públicos. Esses recursos eram destinados a entidades que não tinham nenhuma necessidade deles. Chego a dizer que, em alguns casos, a destinação era até imoral. Foram várias etapas das quais, desde a última legislatura, participamos. Durante esse processo houve muita briga, muita resistência, mas fomos avançando pouco a pouco, até que conseguimos. Acredito que, a partir desse projeto, teremos dado definitivamente uma destinação social e justa a esses recursos, que são recolhidos através das taxas e emolumentos.

Gostaria, portanto, de encaminhar favoravelmente a esse projeto, principalmente na forma do substitutivo, ao qual pudemos acrescentar alguns benefícios.

Vejam os senhores que aprovamos aqui a Lei nº 12.460, sancionada em 1997, de minha autoria, que faz justiça, de modo especial, às mães pobres cujos companheiros não querem assumir a responsabilidade da paternidade. Essa lei obriga o Estado a oferecer gratuitamente o exame de DNA para a identificação da paternidade, quando as mães forem comprovadamente carentes. Essa lei foi sancionada e trouxe um grande benefício; porém, pela dificuldade do Estado ou pela aplicação do recurso público, vimos que foi atendida apenas em parte. Mas há uma demanda reprimida até o ano 2002, 2003. Na regulamentação, ficou definido que apenas 25 casos mensais seriam atendidos.

E o que estamos fazendo agora? Ao tirar esses recursos que estavam sendo pessimamente mal utilizados, sendo destinados a entidades notadamente ricas, que não tinham nenhum fim social, estamos pegando 1% e o máximo de 2% desse montante para o pagamento do exame gratuito do DNA, que é obrigação do Estado. Estaremos, com isso, fazendo justiça social, permitindo que a mãe pobre tenha direito à justiça. Quando chega o momento da confirmação da paternidade e ela não tem como pagar esse exame, perde o seu direito. Se ela entrar nessa fila, quando ele for aprovado, o menino já será maior, já estará até trabalhando e sem tanta necessidade de usufruir desse direito. É necessário que o exame seja feito de imediato, ou seja, tão logo chegue a solicitação judicial. Com a destinação de 1% desse montante, vai ser possível atender a essa demanda reprimida e, daqui para a frente, regularizar esse processo, ou seja, aquela mãe que se sintia lesada, que esteja com a responsabilidade de cuidar, de manter o filho sozinho, poderá solicitar essa gratuidade através da Defensoria Pública, que vai pedir o exame ao Juiz. Assim, o Estado poderá pagar esse benefício sem acréscimo de despesa, uma vez que vai aumentar sua receita a partir dessa nova destinação. O inciso II do art. 37 diz: "de 1% a 2% serão destinados à execução da Lei nº 12.460, de 15/1/97". Então, mais uma vez, parabéns ao Deputado João Batista por esse encaminhamento. Acreditamos que, com essa emenda, vamos aperfeiçoar um pouco mais a indicação desse recurso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente ao projeto de lei do Deputado João Batista de Oliveira, em que ele, de uma maneira muito sábia, procura dar uma nova destinação a recursos assegurados e que são captados através de taxas e emolumentos da justiça, passando-os a um programa específico de atendimento à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, ao idoso.

No momento em que V. Exa. estava preparando esse projeto, Deputado João Batista, certamente teve a iluminação divina, não só para poder destinar recursos certos para o lugar certo, mas, principalmente, pelo fato de ter tido a sensibilidade de identificá-los em fontes seguras. Falo isso porque fizemos uma pesquisa na Comissão de Saúde - hoje à tarde, desta mesma tribuna, vamos fazer uma denúncia pública ao povo do Estado de Minas Gerais - e chegamos à conclusão de que nos últimos cinco anos ela apresentou dezenas de projetos de lei, sancionados pelo ex-Governador Eduardo Azeredo e pelo atual Governador Itamar Franco, que tornaram-se leis que não foram regulamentadas. Nenhum projeto apresentado na Comissão de Saúde nos últimos cinco anos tornou-se lei regulamentada. Por isso mesmo eles não podem ser colocados em execução. Acredito que isso ocorra exatamente porque são projetos do Poder Legislativo - vejam bem o tratamento que se dá ao Poder Legislativo - e porque não há fonte assegurada para que uma dessas leis possa ser aplicada, possa beneficiar o povo do Estado Minas de Gerais.

O grande mérito do projeto de V. Exa. é fazer uma destinação desses recursos a esses quatro itens que precisam, urgentemente, ser examinados com seriedade. Por mais boa-vontade que se tenha, por mais ações que se tenha feito, não estamos vendo nenhum avanço no que diz respeito ao atendimento às crianças e aos adolescentes deste Estado, que ficam pelas ruas e que hoje constituem uma perigosa fonte de criminalidade, de atentado à sociedade mineira. A culpa é deles? Certamente, sim. Mas é muito mais das pessoas que deveriam zelar por eles, que deveriam apresentar propostas, que deveriam acabar com a falácia, sair da retórica e partir para uma ação prática, mais eficaz. Quantos de nós, trabalhadores, homens, mulheres, estudantes, nos vemos obrigados a nos recolher em nossas casas com medo da agressão que está acontecendo nas nossas ruas, nas nossas esquinas, na grande maioria das vezes, feita por menores? Mas nada se faz. De vez em quando inventam ou divulgam a criação de um centro de recuperação do menor infrator. Sabemos que muitas

vezes, nesses centros de recuperação, o menor convive com o verdadeiro marginal, o que torna esses locais verdadeiras escolas de criminalidade.

É importante que a sociedade entenda que ela tem o direito de ir e vir pelas nossas ruas sem que tenha um caco de vidro encostado no seu pescoço, sem aquele medo, que hoje se tornou natural, de ir fazer compra no comércio, no centro de Belo Horizonte. Hoje grande parte da população recorre aos grandes "shoppings".

Isso tudo é um problema que envolve cada vez mais os fatos. Esse problema não se tornou exclusivo de Belo Horizonte. Montes Claros, Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora e Poços de Caldas hoje, também, vivem e convivem com esse drama.

Somos testemunhas do trabalho de V. Exa. para trazer efetivamente um benefício aos portadores de doenças físicas. Fala-se, luta-se, e muitas vezes na hora H, na hora de executar, faltam os recursos.

Os idosos fazem parte de uma série de projetos de lei apresentados por nós, principalmente pela Deputada Maria Olívia, por este Deputado e outros companheiros desta Casa, que se sensibilizam com a situação do idoso, que faz do dia-a-dia das cidades uma indagação e muitas vezes é discriminado, sem ter direito a nada, nada.

Leis existem aos montes, mas a aplicabilidade delas é o cerne da questão, por falta de recursos. E ao dizer tudo isso, queria congratular-me com V. Exa., que, aliás, faz uma homenagem ao portador de doenças físicas na Semana do Deficiente Físico, ao apresentar essa lei. Quero dizer-lhe da minha satisfação em poder votar esse projeto de lei, que já nasce certo e forte.

Até sabemos que houve a tentativa de desviar esses recursos para outras secretarias, e V. Exa. foi firme, juntamente com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. É dessa forma que se faz a

história do Poder Legislativo. Não é fazendo leis, e não sendo elas aplicadas, é lutando para dar fôlego e oxigênio ao Poder Legislativo, e de repente nos vemos massacrados, atropelados pelo rolo compressor do atrofiado Poder Executivo, fazendo com que as parcerias entre o Executivo e o Legislativo se tornem verdadeiras servidões, e isso não podemos admitir.

Esta Casa tem a sensibilidade, a inteligência, a iniciativa de apresentar propostas dessa natureza, com que o PSDB comunga e que encaminhamos favoravelmente. Vamos votar e promover o trabalho de V. Exa. com o espírito e a sensibilidade do Poder Legislativo.

Termino meu pronunciamento reforçando o que disse aqui o Líder do PSD - após a votação desse projeto, o único projeto que nós nos disporemos a analisar será o projeto do código sanitário do Estado. E a partir daí a Oposição desta Casa iniciará, oficialmente, um estado de obstrução para que esta Casa possa ser ouvida e as decisões tomadas por esta Casa sejam respeitadas e possamos encontrar o nosso caminho sem que haja confusão entre verdadeira parceria e servidão, como estão confundindo no Poder Executivo.

É esta a palavra do PSDB, do PFL, do PSN. No momento em que as nossas ponderações, as nossas palavras se fizerem ouvir, estaremos, de certa forma, dispostos a dar vazão, a dar encaminhamento ao nosso trabalho legislativo, porque sabemos das nossas capacidades, das nossas prerrogativas e não queremos que elas sejam atropeladas, desrespeitadas pelo Poder Executivo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve, apenas venho a esta tribuna para reconhecer a inteligência do nosso companheiro, Deputado João Batista, por esse projeto oportuno. Num lance de inteligência, está procurando democratizar o dinheiro arrecadado dos emolumentos extrajudiciais, destinando uma parte deles para a criança, o adolescente, os idosos e os portadores de deficiência. Aachamos que a melhor forma de utilização do dinheiro é pulverizá-lo para o setor assistencial, pois o Brasil ainda é um País que precisa de muita assistência social, deixando de privilegiar corporações para privilegiar o todo, aqueles mais necessitados.

Gostáramos também de reconhecer aqui a importância da emenda do ilustre Deputado Miguel Martini, facilitando o pagamento, ainda que não atenda a toda a demanda, hoje, de solicitação de DNA. Essa demanda está reprimida para atender pessoas até 2004. As classes mais carentes não têm como custear esse exame, que é caro e definitivo num processo de reconhecimento da paternidade.

Quero parabenizar esses dois colegas pela feliz iniciativa de apresentar o projeto e a emenda, os quais o PSDB vai encaminhar favoravelmente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero encaminhar favoravelmente este projeto do Deputado João Batista, porque se trata de crianças, adolescentes, portadores de deficiência e idosos. Esse tratamento é de responsabilidade da Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente.

Queria acrescentar a esse ato importante do Deputado João Batista um outro, Sr. Presidente: ontem, votamos um projeto de sua autoria, Deputado Dilzon Melo, para que, em Varginha, seja destinada uma área para a construção de um hospital, um projeto para tratamento de drogados, de dependentes químicos.

Quero também comunicar que o Deputado Carlos Pimenta apresentou à LDO uma emenda para que no orçamento do ano 2000 haja abertura de crédito para a construção, ou de um hospital, ou o que quer que seja para atendimento ao drogado, ao dependente químico. Não temos isso em Minas Gerais.

São duas ações que acho importantíssimo que se concretizem, com a aprovação desse projeto do Deputado João Batista, do projeto de V. Exa. e da emenda do Deputado Carlos Pimenta na LDO, o qual solicita recursos para tratamento dos drogados, dos pacientes com dependência química. É simplesmente isso. Voto a favor do seu projeto, Deputado João Batista.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa) Aprovado. Com a aprovação do substitutivo, fica prejudicada a Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 230/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária, de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados José Braga, Dilzon Melo, Gil Pereira, membros da Mesa da Assembléia; Márcio Cunha, Rêmolo Aloise, Mauro Lobo, Olinto Godinho, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e o Deputado Antônio Júlio, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Braga, declara abertos os trabalhos, sendo, em seguida, a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.556, e das

demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Antônio Júlio, Corregedor, Dilzon Melo, relator pela Mesa, e Rêmolo Aloise, relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Amigos Conj. Cristina, Associação Apoio Desenv. Criança Gestante, Associação Comun. Bairro Chevrand, Associação Comun. Povoado Poco, Associação Comun. Remansinho, Associação Espírita Maria Nazaré, Associação Moradores Bairros Quinzinho V. Ferreira V. Castro, Associação Moradores Maravilha, Associação Moradores Vila Santo Antonio Rio Grande, Associação Pais Amigos Excepcionais - Conceição Alagoas, Associação Promotora Assist. Social, Caixa Escolar Hercúlio Antônio Borges, Caixa Escolar Juscelino Rodrigues, Caixa Escolar São João Serra, Centro Formação Profissionalizante Minas Novas, Centro Infantil Barra Alegre, Centro Infantil Municipal Maria Lindalva Marques, Conselho Central Frederico Ozanam SSV, Conselho Desenv. Comun. Bom Jardim - Santa Margarida, Conselho Desenv. Comun. Guilherme Amaro, Conselho Desenv. Comunidade Cachoeira, Conselho Particular Felixlândia SSV, Fluminense Futebol Clube - Conceição Rio Verde, Grêmio Recreativo Escola Samba Portal Gerais, Obras Sociais Sra. Nazareth, Prefeitura Municipal Cabeceira Grande, Prefeitura Municipal Joaima, Prefeitura Municipal Pingo d'Água, Prefeitura Municipal Poté, Prefeitura Municipal São Gonçalo Abaeté. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 8 de julho de 1999.

Antônio Júlio - Dilzon Melo - Rêmolo Aloise - José Braga - Gil Pereira - Durval Ângelo - Márcio Cunha - Olinto Godinho - Mauro Lobo.

#### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO CÔLERA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados César de Mesquita, Doutor Viana, Márcio Kangussu e Elbe Brandão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado César de Mesquita, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da comissão presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os representantes do IEF e do IGAM, que prestarão esclarecimentos sobre a defesa do meio físico, biótico e sócioeconômico no Vale do Jequitinhonha. Ato contínuo, o Presidente esclarece que serão ouvidos os Srs. Nilson Antônio Marques, Chefe de Divisão de Prevenção e Tecnologia de Cheias, representante do Sr. João Bosco Senra, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM; Cassilda Teixeira de Carvalho, Presidente da Câmara de Recursos Hídricos; Ísis Rodrigues Carvalho, Presidente da Câmara de Proteção da Biodiversidade e Fabiano Rodrigues Melo, assistente de Núcleo de Florestas e Biodiversidade, pertencentes ao Instituto Estadual de Florestas-IEF. Após, o Presidente passa a palavra ao Deputado Doutor Viana, que explica o objetivo da reunião. Em seguida, os convidados fazem a sua exposição e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Arlen Santiago, Presidente - César de Mesquita - Doutor Viana - Márcio Kangussu.

#### ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Rêmolo Aloise e Maria Tereza Lara (substituindo esta ao Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e debater o Orçamento Participativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Rêmolo Aloise emite parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 230/99, mediante o qual conclui pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente convida a compor a mesa os Srs. Milton Tavares, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral do Estado; Alberto Agostinho Cândido, Prefeito Municipal de Mário Campos e representante do Presidente da GRAMBEL; Genesco Aparecido de Oliveira Júnior, Prefeito Municipal de Lagoa Santa e Presidente da AMBEL; Vereador Ronaldo Wagner Gontijo, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Belo Horizonte e Adelaide Rocha, representando a Superintendente Regional de Ensino de Belo Horizonte. A seguir, cada um por sua vez, fazem uso da palavra os convidados. Na fase dos debates fazem uso da palavra os Deputados Márcio Cunha e Maria Tereza Lara, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho - Miguel Martini - Mauro Lobo.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia 66ª reunião ordinária, a realizar-se em 1º/9/99

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo à Senadora Ana Maria Posadas, da Província de Buenos Aires, Argentina.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, extinção da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as Diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 1º/9/99

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 405/99, do Deputado Paulo Piau.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo; Projetos de Lei nºs 154/99, do Governador do Estado; 181/99, do Tribunal de Justiça do Estado; 209/99, do Deputado Álvaro Antônio; 358/99, do Deputado João Paulo; 411/99, do Deputado Eduardo Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 2/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei Ordinária nºs 168/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 363/99, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 543/99, do Deputado Márcio Cunha; 558/99, da Deputada Maria Olívia; 578/99, do Deputado Marcelo Gonçalves; 591/99, do Deputado José Milton; 592/99, do Deputado José Milton; 593/99, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléa para as 9 horas do dia 1º/9/99, destinada à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos; e à apreciação dos Projetos de Lei nºs 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, extinção da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências; e 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139; e do Veto à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as Diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de agosto de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Especial da Comissão Especial das Obras Municipais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Bilac Pinto e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 111/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Álvaro Antônio, o projeto em tela dispõe sobre a implantação de sinalização indicativa e regulamentar nas rodovias rurais.

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade. Levada a proposição a Plenário, este houve por bem rejeitar o parecer da referida Comissão.

Encaminhada a proposição à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, esta emitiu parecer favorável, aprovando a matéria na forma proposta.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar a proposição no âmbito de sua competência, conforme o disposto no art. 188, c/c o art. 102, VIII, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto em causa visa autorizar as Prefeituras em que não haja órgão nem entidade executiva rodoviária municipal a efetuar a implantação de sinalização indicativa regulamentar ou de advertência nas rodovias vicinais rurais de sua jurisdição, mediante assessoramento técnico da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

A proposição objetiva também, conforme o disposto no art. 2º e em seu parágrafo único, que aquela Secretaria de Estado, mediante convênio com as municipalidades, execute o projeto e faça a implantação da sinalização em questão, podendo também ser delegada ao DER-MG essa incumbência.

O autor do projeto usa do argumento da enorme dificuldade de se viajar pela extensa malha vicinal que liga os 853 municípios do Estado. Em sua maioria, os trajetos possuem pouca ou nenhuma sinalização indicativa, o que torna as viagens, sobretudo as realizadas à noite, extremamente perigosas, transformando o destino da viagem, para aqueles que desses trajetos se servem, em um verdadeiro exercício de adivinhação.

Não podemos ignorar a ineficiência do poder público em manter as rodovias estaduais e federais em condições mínimas de conforto e segurança para os usuários. Todos testemunhamos o estado lastimável em que se encontra um dos maiores patrimônios do Estado. O que dizer, então, das rodovias vicinais rurais? É muito pior. Além de em muito excederem em extensão as malhas rodoviárias estadual e federal, encontram-se, em sua maioria, sem pavimentação, com péssimas condições de tráfego e com a agravante da sinalização deficiente ou inexistente.

Havemos de considerar, ainda, a grande importância dessa enorme malha viária, que funciona como um complexo sistema alimentador para os grandes corredores de escoamento de bens, mercadorias e produtos, pois dela se serve um sem-número de comerciantes, vendedores e produtores rurais.

Ressaltamos, ainda, que a Lei nº 13.189, de 22/1/99, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício de 1999, destina a obras de infra-estrutura em municípios, subprojeto implantação e melhoria das condições em rodovias vicinais ( grifo nosso), inclusive sinalização, objeto dessa proposição, a quantia de R\$6.109.700,00.

Concluimos que a proposição não encontra óbice à sua aprovação, pois, para sua consecução, não há nenhuma repercussão orçamentária, visto existir dotação orçamentária específica para o fim a que se destina.

### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 111/99 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Miguel Martini, relator - Olinto Godinho - Mauro Lobo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 127/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

O projeto de lei em comento, dos Deputados Rogério Correia, Maria José Hauelsen e Maria Tereza Lara, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima da Violência e dar outras providências.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A seguir, a Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1.

Nos termos regimentais, o projeto vem, agora, a esta Comissão para ser objeto de parecer quanto ao aspecto orçamentário.

#### Fundamentação

O projeto de lei em tela tem por escopo instituir o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima da Violência e seus filhos menores. Pretende-se a criação de uma rede estadual de albergues que proporcionará à mulher em situação de risco de vida abrigo, alimentação, assistência social, médica, psicológica e jurídica. Poderão participar do programa entidades civis e governamentais.

São assustadores os custos para a sociedade brasileira decorrentes da violência praticada contra o sexo feminino. Segundo dados do Governo Federal, a violência doméstica afeta, pelo menos, 25% das mulheres brasileiras e causa prejuízos da ordem de US\$3.500.000.000,00 por ano em despesas com tratamento médico e queda na produtividade no trabalho. De fato, a mão-de-obra feminina, cada vez mais presente no mercado de trabalho, tem na violência a causa de 1/5 das faltas da mulher ao trabalho. No Brasil, para os homens, a rua é o principal foco de violência. Para as mulheres, incrivelmente, esse foco é o lar.

Nos termos do projeto original, há vício de iniciativa, como analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, por ser gerador de despesas e não caber a membro do Legislativo a iniciativa de atribuir competências a órgãos do Poder Executivo. Assim, o Substitutivo nº 1 apresentado caracteriza a proposição como, tão-somente, autorizativa. Esse aspecto é importante para se definir o impacto financeiro decorrente da transformação da proposição em lei. Tudo dependerá da vontade política do Executivo. Trata-se, portanto, de um programa definidor de ações em benefício da mulher vítima de violência doméstica. O art. 4º dispõe que o programa poderá ser implementado por via de dotações orçamentárias, verbas originárias de convênios, inclusive provenientes de entidades de natureza civil.

Portanto, não existem impedimentos de ordem financeira à aprovação da proposição.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 127/99 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente e relator - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 289/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, a proposição em epígrafe institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto e lhe apresentou a Emenda nº 1.

Em seguida, foi a proposição encaminhada à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Vem a proposição, agora, a esta Comissão para receber parecer, em obediência ao art. 188, c/c o art. 102, VII, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição sob comento objetiva resguardar a administração pública estadual, indicando a relação das pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar com aquela, seja por ato praticado que perturbe o andamento das atividades, obras e o fornecimento de bens e serviços públicos, seja por causarem prejuízo ao erário.

O projeto em exame vem complementar os preceitos da Lei nº 8.666, que regulam as licitações e os contratos celebrados pela administração pública, estribado no disposto no art. 10, XIV, "b", da Carta mineira, que dispõe que compete ao Estado complementar as normas gerais da União sobre licitação e contrato administrativo na administração pública direta e indireta.

Com relação ao aspecto financeiro-orçamentário, a proposição em pauta não trará despesas para os cofres públicos, não causando nenhum impacto no orçamento estadual. Trata-se de medida que evitará que o poder público contrate com pessoas físicas e jurídicas que poderão causar embaraços e ônus quando da execução dos contratos. Além disso, contribuirá para maior economicidade e moralidade administrativa, princípios esses que estão previstos na Constituição da República.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 289/99, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Olinto Godinho - Mauro Lobo - Miguel Martini.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 307/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Ermano Batista, o Projeto de Lei nº 307/99 atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, pela manutenção e pelos reparos de trechos de estrada que menciona.

Cumpridas as formalidades regimentais, o referido projeto foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para receber parecer quanto ao mérito, e recebeu parecer pela aprovação na forma proposta.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para receber parecer, obedecido o disposto no art. 188, c/c o art. 102, VII, "d" do Regimento Interno.

Fundamentação

Objetiva o Projeto de Lei nº 307/99 atribuir ao DER-MG a construção, a manutenção e os reparos dos trechos urbanos de estradas sob sua jurisdição. Estatui, ainda, no parágrafo único do seu art. 1º, que, caso o município em que se situar o referido trecho se manifestar contrariamente, o DER-MG estará isento da referida responsabilidade.

Segundo os incisos III, IV e V do art. 3º da Lei nº 11.403, de 21/1/94, que reorganiza a estrutura administrativa do DER-MG, dispõe sobre sua estrutura orgânica e fixa as competências dessa autarquia, são, entre outras, as seguintes atribuições atinentes ao órgão: executar direta e indiretamente os serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramento em estradas de rodagem sob sua jurisdição (grifo nosso).

Pelo exposto, a matéria objeto da proposição já se encontra devidamente regulamentada, pois verifica-se que, indiferentemente de o trecho rodoviário estadual ser urbano ou não, caberá ao DER-MG cuidar dele, pois a Lei nº 11.403 não exclui da competência da autarquia trechos urbanos de rodovia estadual.

Dessa forma, a proposição em tela vem explicitar os mandamentos daquela lei, eliminando as dúvidas existentes nas relações entre os municípios em que o trecho rodoviário se situa e o DER-MG.

Conseqüentemente, a Lei nº 13.189, de 22/1/99, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício de 1999, estabelece as seguintes dotações orçamentárias para que o DER-MG execute os programas:

Projeto	Despesa fixada
1 - Restauração de rodovias	R\$ 84.999.900,00
2 - Construção e implantação de rodovias	R\$ 93.478.216,00

Portanto, a proposição não encontra óbice à sua aprovação, visto que, para sua consecução, já existem dotações no orçamento do Estado para o exercício de 1999.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 307/99, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo, relator - Olinto Godinho - Miguel Martini.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 311/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, a proposição em pauta dispõe sobre a redução da carga tributária nas operações realizadas na área mineira da SUDENE.

Distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer, em obediência ao art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento está em consonância com o que dispõe o art. 97, II, do Código Tributário Nacional, segundo o qual somente a lei pode estabelecer majoração ou redução de tributos. Portanto, a redução que se pretende deve ser objeto de lei formal, o que exige deliberação do parlamento e posterior sanção do Chefe do Executivo.

A Constituição Federal, no art. 155, § 2º, VI, estabelece que, salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas

internas nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais. E o inciso V desse mesmo parágrafo estatui que é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de 1/3 de seus membros e aprovação pela sua maioria. O projeto em exame está em sintonia com esses dispositivos constitucionais ao instituir a alíquota de 12% nas operações internas realizadas por contribuintes situados na área mineira da SUDENE. Esse percentual instituído é o mesmo estabelecido pelo Senado Federal para as operações interestaduais do ICMS, não havendo a necessidade de deliberação do CONFAZ sobre a matéria.

Sob esses aspectos, portanto, o projeto ora examinado tem amparo legal, não ensejando reprovação. Com relação ao aspecto financeiro-orçamentário, entretanto, a proposição não encontra respaldo, porquanto irá provocar desequilíbrio nas finanças públicas devido à perda de receita do ICMS, decorrente da redução de sua alíquota.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 311/99.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Márcio Cunha, Presidente e relator - Mauro Lobo - Olinto Godinho (voto contrário) - Miguel Martini.

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/8/99

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em menos de 24 horas, a Capital do País estará ocupada por gente de toda a Nação. A partir de amanhã, trabalhadores, desempregados, servidores públicos da saúde, da educação, da justiça, das áreas de fiscalização e do meio ambiente; funcionários administrativos em geral; camponeses com pouca terra; camponeses com poucos recursos; trabalhadores sem terra, que dispensam apresentações; pequenos e médios empresários falidos e outros com ameaça de falência; professores universitários - a maioria dos quais pós-graduados e formadores de levas e levas de brasileiros e brasileiras que agora ocupam as ruas para protestarem -, de ensino médio e de ensino fundamental; jovens - como lembra aqui o Deputado Adelmo Carneiro Leão -, que retomam aos poucos um espaço histórico que é seu; mulheres, negros e negras, portadores de deficiência, artistas, populações indígenas e muitos mais, enfim, os despossuídos estarão em Brasília, às vésperas dos 500 anos do Brasil. São as levas de descendentes daqueles que construíram milhares e milhares de jornadas profanas, cujo objetivo era resistir, primeiro, à opressão colonial; depois, à invasão de outros povos; mais à frente, fomentar independências e inconfidências e acabar com a escravidão - enfim, seu objetivo era preparar o terreno para novas pelejas pelo emprego, pela terra, pelo direito à educação e à saúde, por uma vida digna. O Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que esses são os sem-rumos, mas, na verdade, eles são os despossuídos, chamados de sem-rumos pelo Presidente. Mas a pergunta que nos fica é a seguinte: a que rumo se refere o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Agora, em seu segundo mandato, ele envolveu o País, sob sua responsabilidade principal, com o apoio de seu aliado Antônio Carlos Magalhães, na mais grave crise econômica de que temos conhecimento. Além dessa grave crise econômica, que eles diziam já debelada, agora o Banco Central é obrigado, novamente, a torrar reservas cambiais para manter uma falsa estabilidade, mostrando, mais uma vez, a fragilidade da economia brasileira. Além dessa grave crise econômica, o Presidente também é responsável pela mais grave crise social que vivemos: a crise do desemprego, dos despossuídos, do aumento da miséria, da perda de direitos previdenciários e trabalhistas, enfim, uma crise que tem levado e ainda levará milhares e milhares de pessoas a assumirem manifestações cada vez mais vigorosas contra esse projeto econômico e o vínculo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estabelece, criando uma completa dependência do Brasil em relação ao FMI e ao capital financeiro internacional.

Mas essa gravíssima crise econômica e social se agrava diante de uma nova crise, uma crise política, uma crise de direção, uma crise no topo do próprio Governo. Hoje, sequer os seus aliados se entendem; hoje, sequer o próprio partido do Presidente da República se entende: o Deputado Aécio Neves, um dos Líderes do PSDB, reclama da privatização de Furnas; é Senador que sai do PSDB; são diretórios do partido, como o do Paraná, que se colocam em oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso; é o próprio Antônio Carlos Magalhães que, agora, quer dar uma de esperto e reclama da pobreza, ou seja, o maior aliado do aumento da miséria no Brasil, o maior aliado de Fernando Henrique Cardoso reclama do estado de miséria do nosso povo, com quem nunca se preocupou, e faz propostas demagógicas de criação de impostos. É uma crise política no topo do poder.

No entanto, a grande novidade são as mobilizações populares, retomadas não só no Brasil, mas também na América Latina, na Ásia e no resto do mundo. Há o desgaste de um projeto conservador e neoliberal. Os Governadores Itamar Franco, Olívio Dutra e Garotinho já haviam anunciado a falência desse regime e foram eleitos exatamente em cima de uma proposta de oposição a esse modelo conservador. Existe um sentimento nacional de que é preciso mudar os rumos dos acontecimentos. O grito "Fora FHC" ecoa por todo o Brasil. O Presidente Fernando Henrique tem medo de quê? Ele diz que é um golpe. Acaso ele e o seu partido não aprovaram o "impeachment" de Collor, quando se fez necessário? Acaso o País terá de ficar durante quatro anos sem rumo, com o navio naufragando, enfrentando uma crise econômica, social e política, simplesmente porque é desejo dele? Por que o povo brasileiro não pode se levantar em imensas manifestações, questionando o direito de existência de um Governo que foi eleito em cima da bandeira da geração de empregos, em cima da bandeira da estabilidade econômica, mas que nos traz a maior crise econômica, social e política de todos os tempos? Por que esse povo não pode manifestar-se, pedindo mudanças, exigindo mudanças? Não somos apenas nós, do PT - que represento nesta tribuna e estarei representando, amanhã, na Marcha dos Cem Mil, dos quais 20 mil são de Minas -, que constatamos a crise política instalada. Recentemente, os Vereadores do PSDB de Belo Horizonte assinaram um documento exigindo mudanças de rumo na política econômica do Governo Fernando Henrique.

Ontem, se não a totalidade, a maioria da própria Bancada do PSDB acenou com a possibilidade de um parlamentarismo já para janeiro, evidentemente vendo o desgaste político e a impossibilidade de o Presidente Fernando Henrique e seus aliados continuarem na direção do País, como vêm fazendo até hoje. O Presidente fez um pacto com o FMI, para não dizer um pacto com o diabo. Fernando Henrique entregou ao FMI a sua alma; desestruturou ainda mais o nosso País; vendeu o que os países ricos mantêm sob controle; privatizou estatais que passaram para o controle de várias estatais dos chamados países desenvolvidos; adotou modismos neoliberais; tornou precárias as relações de trabalho; promoveu o desemprego e garantiu a realização de lucros fabulosos, em meio ao crescimento da pobreza. Os insuspeitos índices internacionais demonstram isso. A modernização de FHC produziu nada mais, nada menos que uma piora na distribuição de renda, um aumento da concentração de riquezas, conforme pesquisas e dados internacionais.

Agora, ameaça privatizar Furnas. Não só ameaça como tem a coragem de dizer a seu Líder, Aécio Neves, que manterá o calendário da privatização de Furnas, porque isso consta no acordo firmado com o FMI. Isso é para que tenhamos idéia da subserviência aos ditames do capital internacional a que esse Presidente chegou.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Certamente, nobre Deputado Rogério Correia, companheiro de partido. Acho que sua intervenção é providencial e com ela queremos fazer coro, repudiando todo o terrorismo que está sendo criado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e seu bando. Tal terrorismo nos leva a reacar que tenhamos pessoas infiltradas, do próprio Governo, para fazerem aquilo que já assistimos em 1964.

Ao mesmo tempo, a intenção é pacífica e democrática. Talvez, ao falar em golpe, o Sr. Presidente da República esteja mirando-se no espelho e bebendo de todo o autoritarismo da política neoliberal, pois rasgou a Constituição ao propor, com seu mandato em andamento, a própria reeleição. Há golpe, em todo o ataque que fez às normas constitucionais, cortando direitos dos trabalhadores, como estamos vendo. Além disso, ao falar em golpe, ele tem uma experiência maior, pois condecorou Fujimori, grande golpista e ditador do Peru, com a maior ordem que a Nação pode conceder a um Chefe de Estado. Talvez ele tenha bebido da mesma água que o Sr. Fujimori, no Peru, tendo, hoje, uma justificativa para sua impopularidade.

É democrático que o povo pressione; é democrático que o povo exija, cobre e pressione até mesmo para a saída de seus tiranos. Isso está garantido na própria moral católica, no pensamento de São Tomás de Aquino, quando diz que, no caso de um governo impopular, lesivo aos interesses maiores e contra a vida, é legítimo até que ele seja derrubado.

Então, queremos deixar bem claro que não parte dos movimentos sociais nenhum tipo de atitude que seja contra a democracia, mas tememos o que o Palácio do Planalto possa estar planejando, para justificar à sociedade que sejam colocadas em prática essas lições que o Presidente teve no Peru.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Quero complementar o aparte de V. Exa., lembrando que o próprio art. 85 da Constituição Federal diz que é crime de responsabilidade - portanto, sujeito à cassação de mandato - atentar contra a existência da União. Ora, o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, no rumo que toma, está de fato atentando contra a existência da União: primeiro, nas perseguições que faz aos Estados, quebrando um pacto federativo, e, segundo, sendo completamente submisso aos ditames do capital financeiro internacional. Na verdade, o que está ocorrendo não é nenhuma ameaça de golpe, como quer entender o Presidente, mas uma manifestação popular da ilegitimidade dessa segunda investidura do Presidente.

Para terminar, quero dizer que é necessário que o povo brasileiro comece a discutir três questões essenciais. A primeira é a convocação de novas eleições presidenciais, ou, até mesmo, eleições no Congresso, se for o caso de discutirmos um parlamentarismo. A segunda é um processo eleitoral que seja democrático, aberto a todos, igualmente, pelos meios de comunicação, e não uma farsa de eleição presidencial, como vimos acontecer da última vez. Por fim, uma disposição para a discussão dos grandes temas nacionais, para que possamos tirar o País da crise, do ponto de vista do movimento popular, do ponto de vista democrático.

Essas questões estão na ordem do dia, porque, repito, não é possível - o colega Durval Ângelo tem razão - que o povo assista calado ao dismantelamento da Nação, ao aumento da miséria, ao aumento do desemprego, sem que tenha o direito de se manifestar e de buscar uma mudança de rumos.

O movimento de amanhã - a Marcha dos Cem Mil - é apenas o início de grandes manifestações, que visam derrotar a política econômica em curso no Brasil, que no mundo inteiro está sendo renegada por todos os movimentos organizados e por todo o povo consciente deste planeta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras que estão nas galerias, telespectadores do Canal 11, entendo que neste Brasil, nos dias atuais, não há quem deixe de falar na Marcha dos Cem Mil, nesse grande movimento que se dirige para Brasília e que deve ter o seu ponto culminante amanhã.

Estávamos percebendo que a divulgação do evento era tímida, que havia pouca conversa, que poucas pessoas estavam discutindo sobre a Marcha. Foi preciso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, assustado com o que poderia acontecer, se tornasse o maior propagador do movimento, quando, em cadeia nacional, foi para a televisão, acusando aqueles que estavam indo para Brasília, chamando-os de golpistas, dizendo que estavam fazendo um movimento impensado.

A sua fala chamou a atenção daqueles que ainda estavam apáticos. Parece um pouco com aquela história do Fernando Collor de Melo, quando, entusiasmado com os taxistas que o visitavam no Palácio do Planalto, para receberem isenção relativa aos táxis que estavam comprando, e que o aplaudiam, pediu ao povo que comparecesse de verde e amarelo, no dia 7 de setembro, para os desfiles daquele ano. E disse que eram as suas cores, tamanha era a presunção desse governante. E foi o bastante para que, na cabeça de todo mundo, desse aquele clique que nos desperta e nos leva à conscientização. O povo vestiu-se de preto, sem que nada tivesse sido combinado, sem nenhuma organização, e foi para as ruas protestar contra os abusos da época. Estamos presenciando hoje um fato semelhante: o povo, que parecia estar dormindo, de uma hora para outra se organiza e vai para Brasília, na sua marcha. Interessante foi a fala do Presidente. Vou ler aqui uma pequena parte dela, em que ele diz como entende esse movimento, e, mudando completamente o seu discurso, felicita o abolicionista Joaquim Nabuco, dizendo: "Nada conflita mais com o legado de Nabuco do que deixar que a intransigência prevaleça sobre o diálogo, do que aceitar que as paixões, por mais legítimas que sejam, abafem o direito à diferença".

Ora, senhores que me escutam, quem foi até agora mais intransigente do que o Presidente Fernando Henrique Cardoso? A sua intransigência o leva a não aceitar, absolutamente, quem pense diferente dele. Quem pensa diferente dele é jurássico, é "neobobo", é, no mínimo, caipira. Só ele mesmo e aqueles que o cercam - muito ligados ao seu pensamento - defendem o pensamento único. Intransigência quem teve a vida toda foi ele, que não admitiu as diferenças de opiniões, que não admitiu novas propostas e novos rumos para a economia do nosso País, a não ser aquelas determinações ditadas pelo FMI, com o qual, com certeza, andou fazendo acordos e de quem anda recebendo ordens.

O autoritarismo, o abuso do Fernando Henrique Cardoso faz com que ele despreze e desconheça profundamente o que é democracia. Aliás, não é desconhecer, porque não é admissível que um sociólogo esqueça o que é democracia. Democracia é a participação do povo. Quanto mais participativa, mais democrática é a atitude de qualquer ato. Antidemocrática é a imposição de que só o Palácio do Planalto sabe das coisas e de que só eles podem.

Mais ainda, o autoritarismo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu unir, em um mesmo ato, no mesmo tempo e no mesmo espaço, os mais diferentes grupos da direita e da esquerda, dos socialistas aos neoliberais. As pessoas menos preparadas para entender isso, aqueles que não estão bem formados politicamente se assustam. Os entendidos criticam e dizem que agora não há mais diferença, que PT se une a UDR, que José Genoíno está de braços dados com Caiado. Não se trata disso. Sabemos muito bem que as diferenças e os princípios existem, que as propostas da UDR, que as propostas dos ruralistas não são as propostas e os princípios do PT e de outros partidos de esquerda. Mas em uma coisa eles estão unidos - não agüentam mais o abuso de poder e o autoritarismo desse governante que está aí. O que os socialistas querem é que seja discutida essa dívida para ver quem realmente deve. O Fernando Henrique afirma que são devedores contumazes. Ele conhece esses devedores contumazes; então, que fale quais são para depois negociar e ver o que se pode fazer.

Lembrando Joaquim Nabuco, ele disse: "O direito às diferenças não pode ser abafado". Ninguém quer abafar o direito à diferença. As diferenças são justas em todos os tempos, em todas as histórias, nos países do Primeiro Mundo, nos mais avançados que existem. As diferenças enriquecem a sociedade. As diferenças são normais. Sempre teremos ricos e pobres. "Pobres sempre tereis entre vós", está no Evangelho. O que não pode haver é excluído, marginalizado, miserável.

Em pesquisa feita recentemente, cientistas políticos chegaram a afirmar que, se a política econômica do Brasil continuar nessa linha, por volta do ano de 2010, 70% da população brasileira serão de excluídos, serão de miseráveis. Nessa linha, com certeza, estarão nossas famílias, os filhos da classe média. Todos estarão nesses 70% de miseráveis e de excluídos, uma vez que a cada hora a renda se concentra mais nas mãos de 10% de privilegiados. A classe média, liquidada e achatada, caminha também para a exclusão.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputada Maria José, eu gostaria, em primeiro lugar em meu nome, em nome do Líder da Bancada do PMDB na Casa, Deputado Antônio Andrade, enfim, em nome de toda a Bancada do PMDB, cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Deputado que a antecedeu, Deputado Rogério Correia, e dizer que fazemos nossas as palavras de V. Exa. e do ilustre Deputado. Gostaríamos de acrescentar, ilustre Deputada, que é muito importante que todos nós possamos compreender o momento delicado que estamos vivendo. Este País é belíssimo.

Estamos vendo o que está havendo em outros países - verdadeiros infortúnios -, mas, felizmente, essas situações não ocorrem no País. No entanto, temos problemas crônicos, sem dúvida alguma, por causa de uma elite que, às vezes, governa e se distancia dos anseios e dos reais problemas do nosso povo.

Em primeiro lugar, temos de lamentar muito os grandes equívocos cometidos pelo Governo Fernando Henrique, no governo anterior e especialmente neste Governo. É evidente que nenhum de nós torceria - em sua consciência - por que o Governo não desse certo. Vejo que V. Exa. - uma pessoa extremamente sensata - também queria que o Governo desse certo e que não estivesse na situação em que está. No entanto, hoje, a situação é altamente delicada - e há muita gente que não está percebendo isso.

Ilustre Deputada, hoje, cheguei ao meu gabinete, às 7h45min - um pouco mais cedo -, porque tínhamos uma reunião extraordinária, pela manhã. Atendi a 45 pessoas em meu gabinete; 40 pessoas eram desempregadas e já haviam percorrido os anúncios dos nossos jornais e feito tudo quanto é inscrição. Procuraram-me achando que o Deputado pode fazer alguma coisa para solucionar o problema. Isso é um termômetro do que está havendo. Na verdade, estamos com uma bomba-relógio de efeito retardado que pode a qualquer momento explodir.

O momento é altamente delicado, e o Presidente da República precisava agora ter um mínimo de humildade, de reconhecimento, e imaginar que realmente a política econômica do Governo Federal não traz nenhuma solução para os problemas reais do País. Assim, cumprimento a V. Exa. e à Bancada do PT pelo seu pronunciamento e digo que, infelizmente, não gostaríamos, mas V. Exas. estão absolutamente corretos.

E recebam de nós, da base do PMDB, não da cúpula, que infelizmente também não reconheceu que tem de largar esse Governo. No ano passado, estivemos defendendo a candidatura própria de Itamar Franco - ou de quem quer que fosse -, mas, infelizmente, fomos derrotados pela cúpula nacional do PMDB. Mas nós, da base, estamos juntos com V. Exas.

Parabéns pelo pronunciamento!

A Deputada Maria José Hauelsen - Muito obrigada, Deputado Márcio Cunha, pela sua contribuição. Reconhecemos, sim, a grande parte do PMDB que faz o esforço para escutar o povo e o clamor que está aí. O Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que deve haver diferença. Retomando a minha linha de pensamento, concordamos com isso, mas não podemos aceitar todo o poder e todo o interesse estar concentrado em única classe. No País, o único setor da economia que teve o apoio constante, permanente e escandaloso do Governo foi o setor financeiro. O lucro dos Bancos foi imenso. As estatísticas mostram que tanto os Bancos privados como os estatais tiveram grandes lucros.

Foi um absurdo também a maneira como foram feitas as privatizações dos Bancos estatais, saneados, com todas as dívidas pagas e com toda a informatização necessária, para depois serem vendidos a um preço inferior ao custo do saneamento, da informatização. Haja vista o BEMGE, onde temos as nossas contas.

Hoje, escutei um dado com o qual assustei: 70% do povo brasileiro não tem conta em Bancos. Não pensem que a minha ignorância chega ao ponto de pensar que, porque isso ocorre, eu ache que os Bancos devem acabar. De maneira alguma, mas quero que V. Exas. percebam que o poder aquisitivo do nosso povo é tão fraco, que não sobra nada para ter uma conta no Banco. Se imaginarmos que os funcionários públicos, incluindo professores, serviços e pequenos funcionários de repartições públicas devem ter conta no Banco para receber o salário - e o dinheiro é depositado em um dia e retirado no outro, podemos ter a certeza de que, se afastarmos esse setor da classe empobrecida que é obrigada a ter conta no Banco, acho que apenas 10% da população estaria em negociação com agências financeiras. E, diante de toda essa calamidade, vem o Sr. Fernando Henrique Cardoso falar em golpismo. Golpe dá quem usa qualquer método para se perpetuar no poder; golpe dá quem engana o povo para ser reeleito; golpe dá quem promete e não cumpre. Quem de nós esqueceu a mão espalmada de Fernando Henrique: educação, saúde, agricultura, segurança e emprego? Foram essas as propostas do primeiro mandato.

Ilude novamente o povo: estabilidade financeira garantida e, ainda, emprego. Nunca o desemprego no Brasil foi tão grande, haja vista as filas quilométricas que apareceram nestes dias com o povo buscando emprego, porque o Banco do Brasil está abrindo um concurso. Diga-se de passagem: não foram chamados ainda os aprovados no último concurso e, para este ano, não há vagas. Mesmo assim, abrem concurso. Com certeza é para pegar o R\$20,00 da taxa de inscrição. Isso é golpe.

Mais ainda, quando falam em confronto, é preciso que fiquemos bem atentos, para vermos se estão preparando confronto como na época da ditadura militar. O povo que vai lá - inativos, funcionários públicos, pessoas empobrecidas, pessoas que estão na luta - não tem absolutamente interesse de confronto.

Queremos lembrar que, cada vez mais, está clara a iminência de golpe por parte deles. Tomara que, nesta Marcha dos Cem Mil, não haja novamente uma bomba, tipo do Riocentro. Somente aquela bomba de efeito antecipado provocou o limite para que os ditadores parassem de dizer que havia subversivos, que havia anarquia e confusão no meio dos "subversivos" e no meio daqueles que se opunham à ditadura.

Que o Sr. Fernando Henrique Cardoso e o pessoal que o acompanha não preparem outra bomba tipo Riocentro para nós. É isso que o povo espera, é isso que o Brasil precisa. E que aprenda também: o povo quer ser sujeito da sua história. Não se faz história sem o povo nem para o povo. A história é feita pelo povo que, fazendo-a, nela se transforma. Muito obrigada.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, imprensa, assessoria da Casa, venho a esta tribuna para prestar a minha homenagem à EMATER, empresa de assistência técnica e extensão rural que há muito vem desempenhando importante papel no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

A EMATER se alinha à mais avançada gestão administrativa, inovando em ações contínuas que integram a família e os grandes grupos de produção. Com tecnologias e recursos humanos valiosos, adaptados às nossas realidades regionais, a EMATER está presente em todas as regiões do Estado, superando os desafios próprios das diferenças climáticas, dos recursos do solo e das reservas hídricas e promovendo desenvolvimento da produção agrícola no Estado de Minas Gerais, que é o berço da extensão agrícola.

A EMATER tem se dedicado à estabilidade do setor alimentar, à geração de empregos, ao aumento da renda para milhares de famílias e à criação de divisas, promovendo o equilíbrio da cadeia produtiva. Destaca-se, ainda, nas questões de preservação do meio ambiente e conservação dos recursos hídricos e do solo, que são fundamentais para a sobrevivência. Igual importância tem dado à qualidade da agroindústria caseira e comunitária de Minas, cujo padrão é reconhecido por todos os brasileiros.

Com 50 anos de existência, a EMATER está em condições de enfrentar os desafios próprios da globalização, pois está sob a direção de pessoas competentes e capazes de implementar mudanças. Convém destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho hoje desempenhado pelo Dr. Aelton José de Freitas, homem de confiança escolhido pelo nosso Governador Itamar Franco.

O Dr. Aelton é um homem experimentado, digno da confiança do povo mineiro, articulador político e, portanto, sensível às iniciativas comunitárias. Prefeito de Iturama em 1993, deixou sua administração com praticamente 100% de aprovação popular. Creio que somente quem já foi Prefeito é capaz de avaliar a importância de se ter à frente de um órgão como a EMATER alguém com a experiência de administrador público.

E, como se não bastasse, o Dr. Aelton é o suplente do nobre Senador José de Alencar, que é, sem sombra de dúvida, um dos maiores destaques da política mineira.

Tenho certeza de que o Dr. Aelton é um homem comprometido com as necessidades dos produtores rurais e de que o seu objetivo é o de ampliar a atuação da EMATER, de forma a preparar o produtor rural para ser o gestor de suas atividades, possibilitando a comercialização dos produtos com maior dinamismo, tornando a produção mais competitiva, diversificada e inserida no mercado.

Tenho certeza de que o Dr. Aelton saberá conduzir a EMATER de forma a torná-la uma parceira ativa dos municípios nos projetos e programas geradores de emprego, renda e qualidade de vida.

Faço questão de dizer publicamente que acredito na capacidade gerencial do Dr. Aelton e também de pedir o apoio de todos os parlamentares desta Casa à gestão daquele Presidente.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que somos testemunhas, desde quando fomos Prefeito de Janaúba, do grande trabalho que a EMATER tem prestado a Minas Gerais e, principalmente, aos nossos municípios. Essas são as nossas palavras, Sr. Presidente.

A Deputada Elbe Brandão\* - Sr. Presidente, companheiros Deputados, membros da imprensa, senhores presentes às galerias, senhoras e senhores, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para agradecer a todos os colegas que votaram pela aprovação do Projeto de Lei nº 344/99, de minha autoria, que cria o Dia Estadual de Promoção da Saúde Bucal. Estamos em ampla articulação com o Conselho Regional de Odontologia, Associação Brasileira de Odontologia, universidades estaduais e o IPSEMG, para atingirmos a meta proposta. Procuraremos fazer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e com o Governo Federal. Por que há necessidade de se fazer uma campanha promocional? Há pesquisas demonstrando que uma média de 80% de pessoas, entre 15 e 60 anos, necessita da orientação básica de saúde bucal.

Faremos jus ao projeto, que esta Casa aprovou, na noite de ontem, promovendo uma ampla campanha nesse sentido, esperando que os resultados sejam promissores. Já tivemos uma audiência com o Ministro da Saúde, José Serra, quando trabalhamos um projeto de inclusão do agente comunitário de saúde bucal no Programa de Saúde da Família. O agente comunitário de saúde bucal, em parceria com todos os agentes comunitários de saúde, poderá fazer um bom trabalho, junto à população brasileira, relativamente à saúde bucal.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Braga, ilustres Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, recebi hoje uma correspondência e a visita de alguns produtores de Jaíba, que estão em Belo Horizonte para tentar fazer alguns contatos importantes com parlamentares e órgãos do Governo do Estado, no intuito de mostrar, de maneira clara e transparente, a verdadeira situação em que se encontra o Projeto Jaíba.

Nesta manhã, tivemos oportunidade de entregar ao Deputado João Batista de Oliveira, Presidente da Comissão de Agropecuária, ofício solicitando a presença, mais uma vez, dos Deputados dessa Comissão ao Projeto Jaíba, mas de uma maneira muito clara e tranqüila, sem nenhum evento pré-agendado por parte das autoridades políticas do município, para conversar e ouvir os produtores rurais, a fim de saber o que verdadeiramente acontece nesse projeto.

Há três meses, forças ocultas e interesses escusos vêm fazendo uma verdadeira campanha de desmoralização do Projeto Jaíba. Jornais de circulação nacional, como a "Folha de S. Paulo" e o "Jornal do Brasil", têm mostrado uma imagem absolutamente distorcida do que acontece ali. É claro que existem problemas, é claro que existem pessoas insatisfeitas, e é claro que existe um grande trabalho a ser feito. Respaldados pela Comissão de Agropecuária desta Casa, estamos dispostos a cortar os "ts", a pingar os "is" e a procurar, de maneira responsável, nos inteirar dos problemas e apontar as soluções.

Gostaria, apenas, de fazer a leitura de um ofício que me foi encaminhado hoje, assinado por pessoas que estão umbilicalmente ligadas ao Projeto Jaíba. Esse documento será encaminhado a todos os Deputados e tem o seguinte teor (- Lê:)

"Sr. Deputado, os pequenos irrigantes do Projeto Jaíba, hoje em número de 1.300 famílias, empenhados na exploração de seus lotes irrigados de 5ha, têm deparado com o alto custo de energia para a irrigação. Esse custo representa cerca de 70% do custo total de água, ou seja, em uma conta mensal de R\$300,00, R\$210,00 representam a energia.

Somos conhecedores de que vários Estados no Nordeste têm criado incentivos para a energia de irrigação.

Nosso pleito é que a CEMIG amplie o benefício da tarifa noturna reduzida, que vai das 23 horas até às 5 horas da manhã, para as 24 horas do dia. Essa energia tem uma redução de 70%.

Neste momento de dificuldades que o pequeno produtor atravessa, em que o preço dos produtos agrícolas não cresce, em que as taxas de juros de crédito rural estão cada vez mais altas e em que os preços dos insumos aumentaram 30% em 1998, a descapitalização do setor é uma grande realidade. Se o setor agrícola e principalmente a agricultura irrigada geram tantos empregos, por que não lutar por esse incentivo?

Se isso ocorrer, será menor o custo, haverá mais lucro para o pequeno produtor, mais investimento, mais alimentos, menos migração para as cidades e mais empregos.

Em nossa região, irrigar não é luxo nem sofisticação tecnológica; é a única forma de sobrevivência do pequeno produtor, garantindo-lhe a permanência na terra.

Contando com o apoio de V. Exa. e dos demais Deputados Estaduais, reiteramos protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Pedro Magalhães Torres, Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação de Jaíba, e Omar de Matos Filho, representante do Movimento para o Desenvolvimento do Projeto Jaíba - Pró-Jaíba".

Esse documento retrata bem o drama que ali acontece. É um projeto viável. É verdade que já foram gastos milhões de reais, mas é um projeto que já está em sua fase de execução. O Projeto Jaíba I já está concluído. Estamos entrando na etapa do Jaíba II, que é a parte empresarial, que vai gerar 10 mil empregos diretos. São 34.000ha a serem irrigados de forma responsável, séria. São lotes de 20ha a 90ha. Hoje, ao se percorrer a região do Jaíba, pode-se ver, em ambas as margens da MG-409, grandes extensões de plantação de melancia, de maracujá e outras frutas. E os empresários estão investindo alto. Nada vai acontecer da forma atabalhoada que aconteceu no Jaíba I. Essa é a etapa que vai gerar ICMS, IPI, que vai trazer divisas para os Municípios de Jaíba, Matias Cardoso, Verdelandia, Manga e outros.

Concederei um aparte ao Deputado João Batista de Oliveira, que é um companheiro de primeira hora e que não tem medido esforços para promover uma verdadeira revolução na Comissão de Agropecuária desta Casa. Além de ouvir V. Exa., nobre Deputado João Batista de Oliveira, gostaria de render minhas homenagens à forma dinâmica com que V. Exa. tem desempenhado suas atividades à frente dessa Comissão. Esperamos que em outubro possamos ir novamente ao Jaíba para ouvir o povo, sem interesse político. As pessoas estão confundindo o Projeto Jaíba com as eleições do ano que vem e querem, propositadamente, desmoralizar esse projeto em que já foram investidos milhões de recursos do povo brasileiro.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Nobre Deputado Carlos Pimenta, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em nome dos membros da Comissão, Deputados Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Márcio Kangussu e Luiz Fernando Faria, a forma elogiosa com que V. Exa. cita a Comissão.

Eu queria, Deputado Carlos Pimenta, apoiar o seu pronunciamento e dizer que estamos buscando uma forma de agendar essa visita ao Jaíba. Não podemos ir num dia e voltar no outro. Temos que ficar o tempo necessário para trazer a esta Casa a imagem do Jaíba. Para mim está muito claro que essa campanha de difamação do Projeto Jaíba é a luta pela água. Especialistas já disseram que a luta do próximo milênio seria a luta pela água. Sabemos que o Nordeste quer a água do São Francisco para fazer transposição e para irrigar 1.000.000ha. Então, à medida que se enfraquece o Projeto Jaíba, fica inviabilizada a sua expansão. Temos, neste momento, de chamar à responsabilidade a bancada do Nordeste que está no Congresso Nacional. Eles precisam desenvolver o Nordeste, para o que damos o nosso apoio, mas é necessário que ajudem a recuperar a bacia do São Francisco, para que a água continue gerando emprego, riqueza e alimento para a população brasileira e para exportação.

Tenho conversado muito com o Dr. Caio Brandão, da RURALMINAS, e com o Secretário Raul Belém. Já conversei com o Presidente da Comissão e também com o Governador Itamar Franco, e sentimos que a intenção de todos é transformar o Projeto Jaíba em um cartão de visitas, ou seja, em um projeto que não só viabilizará a bacia do São Francisco, mas que também promoverá a sua ampliação e a de outros projetos irrigados, como é o caso de Pirapora, um verdadeiro sucesso, cidade onde a Comissão estará no dia 3 de setembro para a Festa da Uva. Gostaria de cumprimentá-lo e de dizer-lhe que essa campanha vai além do projeto em si, ela representa a luta pela água, e, realmente, Minas Gerais tem que começar a reagir.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa. e reforço o fato de termos um dever cívico e histórico de nos esforçar o máximo para dar valor aos projetos que têm viabilidade econômica e que trazem a possibilidade de levar o homem para o campo, pois nenhum país será verdadeiramente grande e democrático sem que aconteça o inverso do êxodo que se verificou até agora. Isso aconteceu nos Estados Unidos há 30 anos: tirou-se o homem da cidade, levando-o para o campo. No nosso Estado, Deputado, a região mais próspera, que apresenta melhores condições de utilização e trabalho, é o Norte de Minas. Somos uma verdadeira bacia de água, pois temos o São Francisco e outros rios e chuvas torrenciais em certo período do ano, as quais podem ser acumuladas. Não podemos abrir mão do Projeto Jaíba em hipótese alguma, pois essa região é o celeiro do Estado e o pólo de fruticultura mais importante do País. Além disso, temos uma dívida de Deus: a luz solar nos 365 dias do ano, que é um elemento imprescindível para que tenhamos boas frutas. É necessário apenas que haja mais responsabilidade e que algumas pessoas tenham mais vergonha na cara, passando a encarar de outra forma as coisas sérias do País. Estivemos em Brasília, na semana passada, representando esta Casa, e essa visita aconteceu exatamente no ápice do movimento dos agricultores, em que pudemos ver duas situações completamente antagônicas. Vimos ali centenas de pequenos trabalhadores, com as mãos calejadas, de pé, lutando por seus direitos, mas também assistimos estarrecidos ao movimento de uma pequena minoria que nunca largou as tetas do poder e sempre se beneficiou com os grandes créditos agrícolas, pedindo a redução de seus débitos e perdão para as suas dívidas. Isso é um verdadeiro absurdo. Vimos também alguns ativistas, que se dizem de esquerda, aliando-se a essa gente, em um verdadeiro acinte ao povo brasileiro. Portanto, os movimentos têm que ter seriedade, pois, do contrário, não chegaremos a lugar nenhum. Temos que respaldar as pessoas que fazem o dia-a-dia do País e ter coerência em nossas ações e discursos. No Projeto Jaíba, Deputado João Batista de Oliveira, estamos precisando dessa seriedade. Há pessoas que já querem adiantar o pleito eleitoral do ano que vem e desestabilizar as pessoas sérias. Elas armaram um verdadeiro circo no dia em que a Comissão esteve presente. Gostaria, inclusive, que V. Exa., quando formos novamente ao local, não divulgasse a data da visita, para que possamos chegar de surpresa e percorrer a maioria das casas, analisando o que está acontecendo, senão armarão novamente o circo da visita, como na vez passada.

Vamos procurar atender às reivindicações. O Secretário da Agricultura esteve aqui recentemente e prometeu algo que todos queriam: a presença da EMATER. Fizeram uma licitação, colocaram consultores agrícolas, cobrando a peso de ouro, apesar de o Estado contar com esse órgão importante, que tem "know-how", tem história, que é a EMATER. É preciso haver mais seriedade. Esta tribuna tem de ser a trincheira das denúncias das aberrações que acontecem no Estado e no País. É preciso abandonar, muitas vezes, as tendências ideológicas, as posições radicais e denunciar os fatos, porque o povo deve saber o que está acontecendo, deve ver e entender a verdadeira cara das pessoas que governam este Estado e este País.

O nosso grande desafio - e gostaria de convocar os Deputados para isso - é ir ao Jaíba, a fim de cumprir o nosso compromisso cívico de apoiar um projeto sério, apoiar pessoas sérias, apoiar uma região que será - desde que haja seriedade suficiente - o celeiro deste Estado e deste País. Muito obrigado.

O Deputado Ailton Vilela\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o uso que fazemos da palavra é, inicialmente, para ressaltar a importância da inauguração, no último dia 15, de mais uma multinacional em Minas Gerais, a Kerry do Brasil, cuja primeira unidade da América Latina foi instalada no Município de Três Corações, no Sul do Estado. Com 84 fábricas distribuídas por 16 países de 4 continentes, a Kerry, empresa irlandesa que utiliza tecnologia de ponta na produção de matéria-prima para indústrias alimentícias, tem um faturamento de US\$3.000.000.000,00 anuais.

Há diversos motivos para comemorarmos mais essa conquista mineira e devemos admitir que sentimos um orgulho particular por a Kerry estar situada e estar contribuindo para o desenvolvimento da região que representamos nesta Casa Legislativa. Com suas atividades iniciadas em junho passado, essa indústria já mantém 145 empregos diretos e cerca de 300 indiretos, contando com um faturamento de US\$20.000.000,00 para este ano. Em breve, terão concluído as obras de ampliação que prevêem a criação de mais 200 empregos diretos, buscando alcançar um faturamento de US\$200.000.000,00 anuais. A Kerry estará contribuindo ainda com a balança comercial do País, pois, em pouco tempo, terá capacidade produtiva para reduzir nossas importações em US\$20.000.000,00 e aumentar nossas exportações em US\$80.000.000,00, perfazendo um saldo positivo de US\$100.000.000,00.

A instalação da Kerry no Município de Três Corações também contou com o efetivo apoio da administração municipal, que cumprimentamos nas pessoas do Prefeito, Fausto Mesquita Ximenes, do Vice-Prefeito, Jorge Antônio Machado, e de toda a Câmara de Vereadores. Sua presença marcante foi decisiva na implantação dessa indústria, que estará proporcionando, em curto espaço de tempo, um desenvolvimento mais acelerado daquela cidade.

Na solenidade de inauguração da Kerry, em Três Corações, pudemos perceber a seriedade e a competência com que seus administradores tratam os compromissos assumidos pela empresa, cujas instalações são práticas e modernas, não deixando dúvidas de que foi uma excelente aquisição para nosso Estado e para o País. Parabéns a todos e, principalmente, ao seu Presidente, Dick O'Sullivan!

Na oportunidade, estavam presentes os Ministros da Agricultura da Irlanda, Joe Walsh, e do Brasil, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, além de diversas outras autoridades, causando-nos certa estranheza apenas a falta do nosso Secretário de Estado da Agricultura, que deveria ser um dos principais interessados, diante da importância dessa indústria para o crescimento da região Sul de Minas, onde temos uma grande base leiteira e outras matérias-primas rurais que terão suas produções impulsionadas pelas atividades da Kerry. E, por falar em produção rural, o próprio Ministro Pratini de Moraes citou os problemas que temos enfrentado no setor, lembrando que é difícil desenvolver nossa agricultura se não conseguirmos alcançar preços competitivos no mercado internacional. Sobre esse assunto, acreditamos que a política agrícola de nosso País ainda está muito acanhada. Precisamos discutir com maior vigor as questões relacionadas com os créditos para produção rural e devemos avaliar maneiras de melhorar a política agrícola, dando condições de concorrência na exportação de nossos produtos.

Um movimento que atesta as dificuldades vividas pela agricultura brasileira é o chamado "caminhão rural", que se tem manifestado de maneira expressiva em favor da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Realmente, fica difícil manter uma produção agrícola pagando altos juros em uma economia praticamente estável, em que os preços dos produtos se mantêm já há bastante tempo.

Vivemos num país de grandes dimensões territoriais, com solo fértil, onde poderíamos já estar produzindo mais de 100 milhões de toneladas de grãos, com alta qualidade, fortalecendo nosso comércio com o exterior. Desde que tenhamos uma política consistente, que permita maiores facilidades ao financiamento e juros menores, estaremos promovendo o crescimento do setor agrícola, aumentando também o número de empregos, um dos maiores desafios do atual Governo.

Esperamos contar sempre com nossos companheiros em prol do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Ganhamos mais uma grande indústria, mas ainda não ganhamos a liberdade econômica e financeira. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes às galerias, não poderíamos deixar de vir a esta tribuna para fazer um contraponto ao que disse o Deputado Rogério Correia. Achemos que Brasília é, realmente, a capital da esperança, e amanhã seu cenário estará bastante enfeitado, com bandeiras vermelhas, martelos e foices, com todas as esquerdas juntas, manifestando seu protesto contra o Presidente, empunhando bandeiras em que se lê "Fora, Fernando Henrique Cardoso". É nesse ponto que não estamos de acordo. Concordamos que hoje vivemos em um País democrático, onde a liberdade é nuclear, em que pese à linha de miséria em que vivem milhões de brasileiros. Fernando Henrique não é culpado dessa situação, que vem desde o descobrimento do Brasil, embora venha acontecendo uma evolução lenta e progressiva. Temos a certeza de que o Governo Fernando Henrique Cardoso vai promover, sim, pelo menos a estabilidade de nossa economia e o desenvolvimento social deste País.

Acreditamos, sim. Estamos aqui para dizer que, em nome do PSDB, não concordamos é com uma certa forma de manifestação, porque a manifestação é democrática. Amanhã o cenário de Brasília estará provando, para todos nós, que vivemos num regime democrático, num regime em que há manifestação das oposições, que, no caso, são minoritárias mas legítimas. Isso, sim, é um país plural nas suas representações. Mas, por enquanto, o Governo tem a maioria, pois foi eleito, por duas vezes, pela maioria do povo brasileiro. O que nos preocupa é a orquestração que está sendo feita por um tripé: Itamar Franco, Governador de Minas Gerais, Estado que tem a maior representação na Marcha dos Cem Mil - até não acredito que sejam cem mil -, Lula e Brizola.

O Lula está me preocupando. Gostaria de dizer aos Deputados do PT que estou entendendo que o PT está se dissociando, está dando as mãos, paradoxalmente, a Caiado, representando os grandes devedores do Brasil nessa marcha, e dando as mãos a Itamar Franco. Então, de repente, existem mais dois líderes no cenário das opções dos petistas para a próxima eleição presidencial. Estou falando isso com seriedade, porque notamos que a Oposição no Brasil não está organizada, não tem propostas para apresentar. Ela poderia, sim, nesta manifestação, propor um encontro com as lideranças nacionais e até com o Presidente da República, para levar uma súmula de propostas a serem avaliadas, a fim de que o Brasil possa encontrar melhores soluções para os seus problemas.

Srs. Deputados, o que me preocupa é como vive o Brasil de hoje: quais os fatores e os elementos que compõem todo o nosso imaginário e a nossa realidade de hoje. O Banco Central, por exemplo, quais são suas regras? Temos Malan, um homem firme, mas, quem sabe, ele pode não estar totalmente certo. O Banco Central, o sistema financeiro nacional, o sistema financeiro internacional - que também tem influência aqui -, o FMI, o Banco Mundial, o BID, o Clube de Paris, como é que funcionam? Até disse isso para a nossa bancada ontem. Como é que está funcionando tudo isso? Precisamos ter noção disso, pois não somos economistas. Os economistas apontam o caminho, por intermédio do Malan, que é o Ministro da Fazenda, juntamente com o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga. É lógico que depositamos confiança em quem os indicou. Aliás, o Congresso Nacional sabatinou esses homens, a fim de que pudessem estar lá, e a maioria os aprovou. E o PMDB do nosso Governador, a cúpula do PMDB nacional, é pró-Fernando Henrique. Só uma minoria do PMDB está contra o Presidente. Então, até proporia à Assembléia fazer um estudo sobre esse funcionamento, sobre essa fisiologia do sistema financeiro frente à globalização e às reformas que estão sendo propostas. Acredito que o FMI dita normas para o Presidente Fernando Henrique, sim, e ele está procurando promover a sobrevivência dos brasileiros através de adaptações. E as adaptações são as reformas que estão sendo realizadas.

Estou percebendo isso no meu imaginário, para depois enxergar a Marcha dos Cem Mil a Brasília. Até poderia convocar 100 mil habitantes de Brasília, e irem apenas as representações dos partidos de esquerda, para não onerar tanto essa marcha. O brasileiro é mal-nutrido, então há alguns que vão passar mal porque não comem proteína.

Temos que ver essa realidade. Temos que aceitar com humildade essa situação, esse "status quo", e promover a convergência de todos aqueles que têm responsabilidade política e que são representantes do povo para desarmar os espíritos e pensar no Brasil, não nas siglas partidárias. Essa é a nossa posição.

Essa é a posição do PSDB de Minas Gerais, da Bancada do PFL e acredito que da maioria dos Deputados que aqui estão, das diversas siglas; uma posição responsável. Precisamos tomar consciência exata do que acontece e não ficar aderindo a exemplos como o de Bakunim. Bakunim é um filósofo que queria uma filosofia do niilismo, quer dizer, baderna a qualquer custo. Não queria uma sociedade organizada, queria a sociedade de Rosseau, uma sociedade instintiva, que vai pelas emoções e não cultiva a razão de Voltaire. Voltaire foi um filósofo que pensou de maneira crítica, aguda, refletiu sobre a organização social com o primado da inteligência, da razoabilidade, da organização das nações. A Constituição deve expressar, de verdade, sem demagogia, o pacto federativo e o pacto das diferenças regionais, das diferenças deste continente que é o Brasil, com seus diversos Estados. Fazer essa álgebra social, essa álgebra econômica, essa álgebra para desenvolvimento é muito difícil. Eu queria alertar para isso. Se com Fernando Henrique está ruim, sem Fernando Henrique estaria muito pior. Ele precisa do espírito de convergência de todos nós para promovermos a estabilidade de todos e, com razão, buscarmos a sobrevivência e o desenvolvimento tão desejado por todos nós brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Benê Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes às galerias, meus amigos da imprensa, a exemplo da Deputada Maria José, que esteve aqui hoje,

falando sobre a questão preocupante da política implantada pelo Governo Federal, nós, também, do PDT, vimos a esta tribuna para dizer da nossa preocupação. O povo brasileiro encontra-se realmente angustiado por tudo o que vem ocorrendo, e há que se encontrar uma solução. Respeitamos a inteligência do nosso Presidente da República, o seu valor pessoal, mas ele está, cada vez mais, perdendo o comando do País, e é hora de repensarmos a situação, buscando soluções. Aquela convenção do PMDB, em Brasília, quando peemedebistas históricos foram esmagados na sua pretensão, deu início a tudo. Temos, agora, a consequência. A questão da reeleição, que foi conquistada pela força, pelo poder da máquina governamental, trouxe sérias consequências, que hoje todos nós enfrentamos. Mas não sou adepto de renúncia, sou adepto de reconciliação, de busca de entendimento. Creio que a classe política precisa encontrar esse caminho pelo bem do povo, um povo de índole pacífica, um povo que não gosta de guerra e que, quando necessário, faz valer a sua força. Acho que os desmandos ocorridos, sobretudo na área econômica deste Governo, muito prejudicaram o nosso povo, e as pessoas neles envolvidas até hoje não foram punidas. Isso mostra que a impunidade continua forte no País, gerando o descrédito principalmente dos ocupantes de cargos políticos. As mazelas do País quase sempre são debitadas à classe política. E não é apenas na classe política que temos os bons e os maus. Há que se olhar que foi principalmente na área econômica deste País que ocorreram os maiores prejuízos. O Brasil já não agüenta esta guerra econômica, esta submissão ao FMI, que esmaga o nosso povo. Isso é consequência da falta de comando. O Presidente tem sido alertado muitas vezes, e no próprio episódio recente da Polícia Federal, quando não podia vacilar, somente surgiu uma solução quando um mineiro foi indicado. Um mineiro de grande dignidade, de grande valor, profissional de competência, discreto, Dr. Agílio Monteiro, que está lá e tem resolvido bem os problemas, sem alarde, sem ocupar as manchetes, mostrando que nossa gente quer ajudar, quer encontrar soluções.

A luta do atual Governador de Minas é justa. Na primeira hora, a "batida de frente" com o Governo Federal foi lógica e justa, trazendo consequências benéficas a outros Estados, haja vista que o próprio Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, do PDT, tirou proveito desse trabalho feito pelo Governador Itamar Franco, negociando as questões da dívida do Estado do Rio de Janeiro. Precisamos, cada vez mais, "apertar esse cinto", para que encontremos soluções que tragam tranquilidade ao nosso povo. A questão econômica, a questão do desemprego, tudo isso é preocupante. Tenho de louvar atitudes de muitos colegas nossos, que têm vindo a essa tribuna e dado suas contribuições, pregando um entendimento na questão da privatização de Furnas, em que Minas se tem posicionado com muita firmeza.

Acho que a posição do Governador Itamar Franco é válida, é preciso que se tenha coragem para enfrentar essa situação, e Minas tem sido a grande bússola do País. As grandes questões nacionais passam sempre por Minas Gerais. Este Estado marca sua presença, cada vez mais, no cenário político, social e econômico do País, razão pela qual me orgulho de pertencer a esta Casa Legislativa, orgulho-me de ser um político que tem 30 anos de luta e que, dentro de nossos limites, procura dar nosso testemunho e trabalhar para ajudar.

Paradoxalmente, quando as notícias de Brasília terminam sempre de forma preocupante e triste, uma delas me alegra. Devo dizer que é uma questão ligada à Diretoria-Geral do CEFET de Minas Gerais. A vitória obtida pela indicação do Prof. Carlos Alexandrino nos alegra muito. E digo porque: o Professor Carlos Alexandrino, há alguns anos, disputou eleições para o CEFET. Em duas ou três vezes chegou na frente e não levou. As razões nunca foram explicadas. Agora, quando houve a nova eleição no CEFET e ele ficou em terceiro lugar na lista triplíce que foi enviada para Brasília, para surpresa nossa, que lutamos pela sua permanência, e em determinado momento já não acreditávamos, e tivemos a felicidade de ver que o Ministro Paulo Renato valorizou o trabalho desse Diretor, nos quatro anos em que teve oportunidade de dirigir o CEFET em Minas Gerais. O Prof. Carlos Alexandrino é um homem de capacidade excepcional, competente, justo, veio de uma família humilde, nunca teve padrinho político nem de outra ordem, venceu por seus próprios méritos, estudou com muita dificuldade, e, se chegou à direção do CEFET um dia, foi por mérito próprio. Nós, que temos a felicidade, Srs. Deputados, meu caro Presidente, de ter, na cidade de Leopoldina, um núcleo do CEFET, podemos dizer que a sua instalação, há alguns anos, foi uma batalha do leopoldinense, que é do Conselho da FIEMG, Dr. Alberto Freire. Esse núcleo foi implantado e há anos havia sido erguido nessa cidade pelo então Ministro da Educação leopoldinense, Dr. Clóvis Salgado. No período de arbítrio, aquela escola-parque, que era de fundamental importância para o ensino profissionalizante de Leopoldina, foi fechada. Seus funcionários foram transferidos, inclusive minha mãe, que era a diretora. A escola passou a ser um elefante-branco na cidade. Em 1982, quando éramos Vereador na cidade, assinamos o termo para que ela fosse reativada, já que estava servindo como prédio da Prefeitura Municipal. E lá foi instalado o CEFET, o que mudou o perfil da área educacional de nossa região. É uma escola que, após o advento do Prof. Carlos Alexandrino, passou a receber a atenção que merecia. Outros diretores davam uma forte atenção para Belo Horizonte - não quero discutir nem entrar no mérito -, mas o núcleo de Leopoldina foi altamente beneficiado. Hoje, temos um grande fluxo de alunos para o CEFET, não só de Leopoldina, mas de toda a Zona da Mata, formando mão-de-obra para a Mercedes Benz.

Por isso, nesta oportunidade, quero agradecer ao Ministro Paulo Renato o haver reconduzido ao cargo, por mais quatro anos, o Diretor-Geral do CEFET, Prof. Carlos Alexandrino. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, razão tem o povo brasileiro quando eventualmente põe em dúvida a autenticidade de determinados setores da vida política nacional. Realmente, nota-se que a velha teoria do "faça o que digo, mas não o que faço" é posta em prática pelo Governo Federal e, por extensão, pelo partido governista e seus afiliados, para cobrir interesses imediatistas e alheios ao bem público.

Um dos aspectos em que o governo tucano tem insistido é na eliminação do chamado corporativismo no serviço público e nos órgãos ligados à ação governamental. Nesse aspecto, o Palácio do Planalto tem, particularmente, prejudicado a classe do funcionalismo e os quadros de pessoal das empresas estatais. Alega, no caso dos servidores, que a profissionalização não comporta a estabilidade, chegando mesmo a propor o fim do concurso público e do sistema de mérito no setor.

Quanto às estatais, no afã de privatizar a qualquer custo, Brasília tem reiterado que essas empresas são ninhos de corporativismo, donde a sua freqüente ineficiência e baixa produtividade. Cabe notar, no entanto, que a população hoje está sentindo na pele a queda da eficiência e da produtividade em empresas recém-privatizadas na área de energia e telecomunicações.

Dizemos isso a propósito da crise que eclodiu no âmbito do SEBRAE-MG, agora felizmente superada com a eleição e a posse de sua nova Diretoria. Como se sabe, o SEBRAE funciona mediante consenso entre o Governo do Estado e as entidades representativas da indústria, do comércio e da agricultura. O Estado tem direito a cinco votos nas decisões administrativas, cabendo oito ao empresariado. Ocorre que, no apagar das luzes do Governo Eduardo Azeredo, o Executivo indicou nome para ocupar a Presidência do Conselho, formalizando o compromisso de manter o Diretor Superintendente, o de Marketing e o de Desenvolvimento Empresarial. Foi uma ação notoriamente intempestiva e nitidamente política, já que o Presidente indicado e os Diretores reconduzidos iriam atuar em período em que o Governo mineiro já teria mudado de mãos.

Em data recente, o Governo Itamar Franco, em comum acordo com os representantes das classes produtoras, deliberou indicar novos nomes, de sua confiança, para ocuparem esses cargos. Seria uma transição normal e lógica, tanto é que o Executivo contou, para tal, com o apoio de 10 conselheiros ligados às classes empresariais. Foi um consenso, digamos, por maioria absoluta. O processo, entretanto, foi tumultuado pelos dirigentes que estavam sendo substituídos, tendo à frente o então Presidente do Conselho, posteriormente demissionário. Desencadearam eles campanha, fartamente divulgada pela mídia, alegando que o Governo mineiro estaria politizando um setor que repele, por sua natureza e objetivos, essa politização. A essas vozes, juntou-se a do ex-Governador Eduardo Azeredo, que condenou a iniciativa de seu sucessor.

Ora, apesar de Azeredo rezar pela cartilha do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a grande verdade é que ele, na prática, a contradisse, ao fomentar, em sua gestão, notório nepotismo e politização com fins eleitorais. Falta-lhe credibilidade, portanto, para alegar que o Governador Itamar Franco está transformando o SEBRAE em cabide de empregos. Os Diretores que foram substituídos estavam sendo ali mantidos por sua influência e, ao defender sua continuidade, ele estava esposando a tese corporativista que os tucanos teoricamente rejeitam.

O que o Governo Itamar Franco está fazendo é colocando na direção do SEBRAE elementos de sua confiança, competentes, idôneos e afinados com sua linha de pensamento. Como se sabe, um dos carros-chefes da luta que nosso Governador vem desenvolvendo em favor do povo brasileiro é a substituição do modelo econômico ditado por Brasília.

Sem muito nos estendermos no assunto, vamos lembrar que a política imposta pelo FMI levou-nos ao caos sócio-econômico de hoje. Estão aí o desemprego, a recessão, a inflação, que volta a dar repiques, a tensão social na cidade e no campo. Há que dar um fim a esse estado de coisas, já que a própria integridade política da Nação brasileira está seriamente ameaçada.

É óbvio que os objetivos do SEBRAE estão estreitamente vinculados às diretrizes macroeconômicas que o País adota ou venha a adotar. Em conformidade com sua política de estimular as micro e pequenas empresas, promovendo sua capacitação gerencial e tecnológica e propiciando a criação de empregos, o SEBRAE depende de tudo que, em âmbito mais amplo, é decidido sobre a economia nacional.

Assim, se o Governador Itamar Franco deseja mudar o modelo econômico, deve colocar em órgãos e postos ligados à economia as pessoas identificadas com essa mudança. Os nomes por ele indicados e eleitos para a diretoria executiva do SEBRAE são, exatamente, de técnicos do mais elevado gabarito, sem comprometimento com interesses alheios aos objetivos do órgão e concededores da dinâmica empresarial. São eles o Dr. Jairo José Isaac, empossado como Superintendente, e os Drs. Samir Cecílio e Marcos Siqueira, investidos

nas Diretorias de Marketing e de Desenvolvimento Empresarial, respectivamente. Foi também eleito o Dr. Eduardo Noronha, elemento de grande representatividade junto às classes produtoras, para Presidente do Conselho.

Podemos dizer, a esta altura, que a filosofia que motivou a criação do SEBRAE está sendo respeitada, com gerenciamento compartilhado pelo empresário e pelo Governo. Não cabe falar em politização indevida, mas em colegiado democrático, cujo trabalho se direciona para o desenvolvimento da pequena e da média empresa.

Ocupamos esta tribuna, portanto, para parabenizar o Governo mineiro e a classe empresarial pela acertada escolha dos novos dirigentes. Aos empossados, apresentamos nossos votos de feliz gestão, lembrando que o bom-senso prevaleceu e que foram derrotadas as manipulações continuistas e corporativistas. O momento é de compromisso absoluto com o bem de Minas Gerais, e os destinos do SEBRAE inserem-se nessa equação.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Antônio Andrade, para o bem da informação à comunidade, gostaria de dizer que os Diretores que foram demitidos do SEBRAE eram pessoas de alçada eminentemente técnica, não havendo, portanto, nenhuma ligação político-partidária com os dois Diretores demitidos.

O Deputado Antônio Andrade - Agradeço o aparte do Deputado Paulo Piau. Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi muito feliz o nosso Líder em suas importantes colocações, que devem ser do conhecimento da sociedade mineira. É natural que, quando da mudança de Governo, os ocupantes dos cargos de confiança sejam indicados pelo novo dirigente. Portanto, essa nomeação é de competência exclusiva do Governador Itamar Franco, e não nos cabe questionar a indicação dessas pessoas, que são de alto gabarito. Assim, não podemos interferir nessa nomeação, porque todas as pessoas nomeadas pelo Governador Itamar Franco são idôneas e de grande conhecimento técnico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos atentamente, neste Plenário, pronunciamentos que não expressavam a realidade do procedimento, do comportamento do nosso Governador. Todos sabem que o PMDB de Minas Gerais não é o PMDB do Brasil, não porque Itamar Franco tenha ganho as eleições, porque, antes de disputar o Governo de Minas, ele já tinha tal posicionamento e tentou a Presidência da República. Infelizmente, o Líder, Deputado Hely Tarquínio, que está chegando, ou não soube discernir, não leu ou não acompanhou esse procedimento durante a escolha do candidato à Presidência da República pelo PMDB, em Brasília. Durante as discussões, houve procedimentos antidemocráticos contra a presença do Governador Itamar Franco. Hoje ouvimos pronunciamentos sobre golpe em Brasília, apesar de o Governo haver estabilizado o País. Pelo contrário, meu Líder, ele já encontrou nosso País estabilizado, na saída de Itamar Franco. Mas esqueceram de alavancar a retomada do crescimento.

Então, havendo essas distorções, é necessário que a sociedade acompanhe todos os procedimentos dos parlamentares, para que possamos passar a ela o que houve e o que está havendo no Brasil. Ninguém quer tirar Fernando Henrique Cardoso. A insistência de nosso Governador Itamar Franco e das forças de esquerda deste País é em querer que Fernando Henrique Cardoso mude sua política econômica, que, em seu primeiro mandato, já não deu certo. Mas, em seu segundo mandato, Fernando Henrique nela insiste, entregando nossas riquezas ao capital externo. Aliás, doando nossas riquezas, porque, na verdade, nunca privatizamos deveras; o que está havendo é uma doação. Se podemos usar o BNDES para privatizar as empresas nacionais, por que não poderia o mesmo BNDES abrir para que as empresas nacionais participassem das privatizações, sem exclusividade para o capital externo, para as multinacionais? Isso é o que devemos combater o tempo todo, principalmente quando se trata de algo como a privatização de Furnas, que está sendo questionada e discutida em todo o País. Não se vende uma hidrelétrica sem vender o rio; um é vinculado ao outro. Além disso, sabemos da pretensão do Governo Federal de privatizar também o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Mas, se todos nós, nesta Casa, não continuarmos resistindo impiedosamente, iremos permitir que ele acabe de doar o que temos construído com o sacrifício do povo brasileiro para as multinacionais.

Então, é nosso dever não concordar com essa política econômica de Fernando Henrique Cardoso, porque, se concordarmos com ela, estaremos abraçando o desemprego, a miséria e as altas taxas de juros. Com tudo isso, o setor produtivo é o que está sendo mais atingido no País. Como homens públicos, representantes do povo, temos o compromisso e a responsabilidade de defender essas idéias com afinco, para que possamos evitar um mal maior a este País. Já basta o que houve no passado, em que todos silenciaram quando entregaram a Vale do Rio Doce e outras empresas deste País em troca de míseros dólares, que, na verdade, foram em quase 70% financiados com nosso dinheiro, por meio do BNDES. Isso é o que nos choca; isso é uma vergonha, que não podemos continuar permitindo.

Então, quando Deputados vêm a esta tribuna dizer que o Fernando Henrique está ameaçado de um golpe, estão enganados. Não se trata de golpe. Ninguém - nem a esquerda nem muito menos Itamar Franco - está preocupado em tirar Fernando Henrique. Queremos que ele permaneça no Governo, mas com justiça social; que mude essa política econômica, para que ainda possamos recuperar a estrutura e a sociedade nacional. Então, precisamos, sim, continuar dando sustentação a um Governo que, realmente, é contra todas essas mazelas; a um Governo que teve a coragem de expor as suas idéias em âmbito nacional; a um Governo que tem propostas e alternativas, como as tem o nosso Governo de Minas. Não a um Presidente que não tem estratégia alguma para o País. Qual é o projeto do Sr. Fernando Henrique? Não conheço nem um. É um Governo que está perdido e sem mando, que não tem autoridade e já está totalmente desvalorizado. Então, temos, sim, de defender os interesses de nosso País, com coragem, totalmente destemidos, para que possamos enfrentar o que há de vir pela frente - o que, não sei, mas vamos insistir e bater nessa tecla até que ele se sensibilize - se tiver sensibilidade - com o que se passa hoje com a classe menos favorecida deste País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a certeza de que, mais dia, menos dia, haveremos de colocar este País nos trilhos. Não com a ajuda de um ou dois partidos, mas com todos os segmentos da sociedade, com todos os partidos deste País. Muito obrigado.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/8/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.591, 1.598, 1.642, 1.664, 1.668, 1.670, 1.677, 1.693, 1.700, 1.703, 1.710, 1.717, 1.718, 1.719, 1.721, 1.745, 1.750, 1.751, 1.753, 1.761, 1.762, 1.763, 1.764, 1.765, 1.766, 1.767, 1.768, 1.769, 1.770, 1.771, 1.772, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

exonerando Éderson Luís de Abreu Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Éderson Luís de Abreu Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Marcos Moraes Barreto para o cargo de Secretário de Gabinete, Padrão AL-18 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Amílcar Martins

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 4/2/99, que nomeou Irê Isoldino da Silva Borges, para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas, tendo em vista o afastamento provisório do servidor, conforme decisão judicial.

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Dayse Cristina Silveira Costa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Eunice Batista Pacheco para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Dayse Cristina Silveira Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Ozeas de Souza Fernandes do cargo Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Antônio José Borges Morais do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24 - 8 horas;

exonerando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Antônio José Borges Morais para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas;

nomeando Débora Loyola Machado para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

nomeando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Adilson Francisco Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Adilson Júnior Messias Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Sílvia De Martin do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

nomeando Maurício Campos Wanderley Reis para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

nomeando Sílvia De Martin para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Arlene da Penha Marcelino do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

exonerando Cláudio Marcelo Gonçalves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas;

exonerando Eliana Teixeira Dias do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 8 horas;

exonerando Frederico Borges da Costa do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando Jane Lúcia Moreira Cardoso Ayres do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30 - 8 horas;

exonerando José Aloísio Dias do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

exonerando Leila Maria Barbabela Paladino do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 8 horas;

exonerando Márcia Morais de Azevedo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

exonerando Margareth Cordeiro Franklin do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Arlene da Penha Marcelino para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Cláudio Marcelo Gonçalves para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30 - 8 horas;

nomeando Eliana Teixeira Dias para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39 - 8 horas;

nomeando Frederico Borges da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

nomeando Jane Lúcia Moreira Cardoso Ayres para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando José Aloísio Dias para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Leila Maria Barbabela Paladino para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando Márcia Morais de Azevedo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Margareth Cordeiro Franklin para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24 - 8 horas;

nomeando Renato Marçal Ramos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

nomeando Rodrigo Lopes da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Brandão

exonerando, a partir de 23/8/99, Clay Regazzone Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto

exonerando Dayse Maria dos Santos Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando David Borja Pinto do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24 - 8 horas;

nomeando David Borja Pinto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Marcilene Aparecida Piazza Moreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

nomeando Marcilene Aparecida Piazza Moreira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas.

Gabinete do Deputado João Paulo

nomeando Luiz Alberto Almeida Monteiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36 - 8 horas.

Gabinete do Deputado José Braga

exonerando Brígida Rosilene de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

nomeando Jânio Marcos Pereira Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas.

Gabinete do Deputado José Milton

exonerando Gibran Queiroz de Vasconcelos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

nomeando Eurico Carneiro Júnior para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Menezes

exonerando Fernando Muniz da Neiva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34 - 8 horas;

nomeando Jaques Alberto Lage para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

exonerando Lúcio Miranda Araújo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 4 horas;

exonerando Mara Angélica Vaz do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 4 horas;

exonerando Murilo Antônio Kangussu Gomes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 4 horas;

exonerando Neudson Cangussu Araújo do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27 - 8 horas;

exonerando Paulo Henrique Ribeiro Guedes do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 4 horas;

exonerando Samuel Reis Cangussu do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

exonerando Serafim Mêlo Jardim do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

exonerando Tardié Melo Lima do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando Fabiana Chaves Jardim para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Lúcio Miranda Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Mara Angélica Vaz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Murilo Antônio Kangussu Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Neudson Cangussu Araújo para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26 - 8 horas;

nomeando Paulo Henrique Ribeiro Guedes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 4 horas;

nomeando Samuel Reis Cangussu para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12 - 8 horas;

nomeando Tardiê Melo Lima para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Carlos Alberto Menezes de Calazans do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29 - 8 horas;

nomeando Carlos Alberto Menezes de Calazans para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando Maria Cristina Santana Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Ronaldo Canabrava

exonerando Ana Cristina de Carvalho Lisboa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

exonerando Clarita Ribeiro Gonzaga do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

exonerando Giordani Pontelo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Gislene Abreu Moura Fraga do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 4 horas;

exonerando Luiz Carlos Gomes de Araújo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Renan Winter da Silva do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Ana Cristina de Carvalho Lisboa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Clarita Ribeiro Gonzaga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Giordani Pontelo para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Gislene Abreu Moura Fraga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Luiz Carlos Gomes de Araújo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Raimundo Generoso da Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

nomeando Renan Winter da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Rosemeire Barbosa Gonçalves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Rosemeire Barbosa Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Ademar Nunam Leite do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto, Vice-Líder do PPB;

nomeando Dayse Maria dos Santos Ferreira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto, Vice-Líder do PPB.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, assinou ato tornando sem efeito a exoneração de Irê Isoldino da Silva Borges, processada nos termos da Deliberação da Mesa nº 1.586, de 29/1/99, publicada no "Diário do Legislativo" de 30/1/99, tendo em vista seu afastamento provisório, conforme decisão judicial.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

Convite nº 49/99 - Objeto: aparelhos de medição elétrica, componentes, materiais e peças de reposição para equipamentos de informática. Licitantes habilitadas: Procedata Informática Ltda., Inter All Ltda., Microtécnica Informática Ltda., Tecnosys Informática Ltda., Open 5 Ltda., Prestobat Baterias e Peças Ltda., Repremig Representações e Comércio de Minas Gerais Ltda., Software Informática Ltda., Spassos Informática Ltda., Top Informática Ltda., Astra Importadora Ltda. e AMD Informática Ltda. Convite nº 51/99 - Objeto: válvulas de descarga para mictório e torneira para pia. Licitante vencedora: Casa Ferreira Gonçalves Ltda. Desclassificada: Maxi Trade Service Ltda.

Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Conveniada: Prefeitura Municipal de Leopoldina. Objeto: acesso, pela Prefeitura, aos programas transmitidos pela TV Assembléia, para fins de retransmissão do sinal. Vigência: um ano, a partir de 22/6/99.

ERRATA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 18/8/99

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 21/8/99, na pág. 25, col. 2, no "Sumário", onde se lê:

"Emendas nºs 1 a 10", leia-se:

"Emendas nºs 4 a 13".

Na pág. 26, cols. 2 e 3, após "EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 181/99", nos subtítulos seguintes, onde se lê, respectivamente:

"EMENDA Nº 1, EMENDA Nº 2, EMENDA Nº 3, EMENDA Nº 4, EMENDA Nº 5, EMENDA Nº 6, EMENDA Nº 7, EMENDA Nº 8, EMENDA Nº 9, EMENDA Nº 10", leia-se:

"EMENDA Nº 4, EMENDA Nº 5, EMENDA Nº 6, EMENDA Nº 7, EMENDA Nº 8, EMENDA Nº 9, EMENDA Nº 10, EMENDA Nº 11, EMENDA Nº 12, EMENDA Nº 13".